



**CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARIA DA GLÓRIA ANDRADE ARAÚJO

**A INVISIBILIDADE DE UMA ELEIÇÃO: VERGNIAUD WANDERLEY X
LAFAIETE CAVALCANTI – CAMPINA GRANDE (1935)**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

MARIA DA GLÓRIA ANDRADE ARAÚJO

**A INVISIBILIDADE DE UMA ELEIÇÃO: VERGNIAUD WANDERLEY X
LAFAIETE CAVALCANTI – CAMPINA GRANDE (1935)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A663i Araújo, Maria da Glória Andrade de.
A invisibilidade de uma eleição [manuscrito] : Vergniaud
Wanderley X Lafayette Cavalcanti - Campina Grande (1935) /
Maria da Glória Andrade de Araújo. - 2014.
62 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque
Gaudêncio, Departamento de Historia".

1. História de Campina Grande. 2. Eleições Municipais. 3.
Brasil Republicano. I. Título.

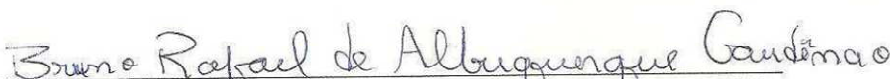
21. ed. CDD 981.33


MARIA DA GLÓRIA ANDRADE DE ARAÚJO

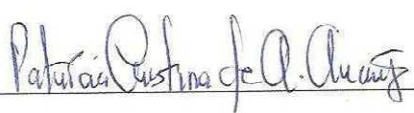
**A INVISIBILIDADE DE UMA ELEIÇÃO: VERGNIAUD WANDERLEY X
LAFAIETE CAVALCANTI – CAMPINA GARNDE (1935)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Aprovada em 22/07/2014.


Prof.^o Ms. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio - UEPB
Orientador


Prof.^o Ms. Gilbergues Santos Soares - UEPB
Examinador


Prof.^o Dr.^ª Patricia Cristina de Aragão Araújo - UEPB
Examinadora

Dedico este trabalho ao meu Deus, pois, sem ele nada sou, nem posso.

Dedico também a minha família que sempre esteve do meu lado. Enfim, dedico a todos que me ajudaram a concluir o curso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu Deus que foi, é, e sempre será o centro da minha vida. Sem Ele não teria conseguido chegar até aqui, abrindo-me as portas e ajudando-me a superar as dificuldades, colocando pessoas boas e dedicadas que me ajudaram a concluir este Trabalho, o qual há muito tempo vinha tentando terminar, mas não conseguia. Primeiro devido a problemas pessoais, depois por circunstâncias da vida que me levaram por outros caminhos. Mas aquilo que Deus tem preparado para nós não se perde, e se cheguei até aqui foi por propósito dele. Então, toda honra e toda glória seja dada ao meu Senhor, que permitiu que eu concluísse esse estudo e finalmente conseguisse a minha graduação.

Agradeço também à minha família, em especial aos meus pais, que depois de Deus são as pessoas que mais amo. Agradeço a eles pela confiança e incentivo que sempre me dedicaram. Agradeço também aos amigos que sempre estiveram presentes na minha vida. Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram durante a pesquisa, pois sem a colaboração e boa vontade delas, não teria conseguido realizar.

E, por fim, não poderia deixar de agradecer também ao meu orientador Bruno Gaudêncio, que desde o início se mostrou interessado em me ajudar e foi muito dedicado na orientação, isso facilitou muito para que eu conseguisse concluir o trabalho. Enfim, agradeço a todos que fazem parte da minha vida e peço a Deus que os abençoe sempre em nome de Jesus.

RESUMO

Ao longo desse trabalho, analisa-se o processo histórico que levou ao surgimento da primeira eleição direta para prefeito na cidade de Campina Grande, Paraíba, realizada no ano de 1935. A princípio, foi feito um estudo sobre a história política brasileira antes da década de 1930. Com isso, busca compreender a Proclamação da República, pois foi a partir dela que se deu início a um novo sistema político no País, o republicanismo. Assim, o período que vai desde a Proclamação da República em 1889 até 1930, ficou conhecido na história brasileira como República Velha. Nesse período não existiam eleições para prefeito, pois eles eram nomeados pelos governadores dos Estados. No entanto, com a Revolução de 1930 houve um considerável processo de mudança. Uma das mais importantes foi justamente a promulgação da Constituição Federal de 1934. A partir daí, são estabelecidas pela primeira vez no Brasil eleições municipais. Então, para melhor compreender o objetivo deste estudo, foi feita uma análise da história política do Estado da Paraíba dentro desse contexto histórico do País, pois foi justamente para atender às novas exigências políticas da época que são estabelecidas em 1935, eleições para prefeito em todo o Estado da Paraíba. A partir daí, podemos chegar ao objeto deste estudo, as eleições para prefeito em Campina Grande em 1935, que tiveram como candidatos Vergniaud Wanderley e Lafaiete Cavalcante. Desta forma, a partir da leitura dos jornais, revistas e boletins do ano de 1935, o objetivo foi justamente compreender como se deu esta eleição, totalmente silenciada pela historiografia campinense. Sendo a primeira eleição direta na cidade de Campina Grande, tendo o vencedor Vergniaud Wanderley, dando assim, uma colaboração à história de Campina Grande.

PALAVRAS-CHAVE: História de Campina Grande. Eleições Municipais. Brasil Republicano.

ABSTRACT

Throughout this work, we analyze the historical process that led to the emergence of the first direct election for mayor in the city of Campina Grande, Paraíba, held in 1935. Initially, a study on the Brazilian political history was made before the decade , 1930. Consequently, seeks to understand the Proclamation of the Republic, it was from her that she has initiated a new political system in the country, republicanism. Thus, the period from the proclamation of the Republic in 1889 until 1930, became known in history as Brazilian Old Republic. During this period there were no elections for mayor, they were appointed by the governors of the states. However, with the Revolution of 1930 there was a considerable change process. One of the most important was precisely the promulgation of the 1934 Constitution. Thereafter, are first established in Brazil municipal elections. So to better understand the purpose of this study, an analysis of the political history of the State of Paraíba within this historical context of the country was taken because it was just to meet new political exigencies of the time they are established in 1935, mayoral elections across the state of Paraíba. From there, we can get to the object of this study, the elections for mayor in Campina Grande in 1935, which had as candidates Vergniaud Wanderley and Lafaiete Cavalcante. Thus, from the reading of newspapers, magazines and newsletters of the year 1935, the goal was to understand precisely how was this election, totally silenced by Campinense historiography. Being the first direct election in the city of Campina Grande, with the winner Vergniaud Wanderley, thus giving a contribution to the history of Campina Grande.

KEYWORDS: History of Campina Grande. Municipal Elections. Brazil Republican.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1 BRASIL PÓS- REVOLUÇÃO DE 1930: DO GOVERNO PROVISÓRIO ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1935.....	12
1.1 Antecedentes da Revolução de 1930.....	13
1.2 A Revolução de 1930.....	14
1.3 O Governo Provisório.....	15
1.4 A Constituição de 1934.....	18
1.5 As Eleições Municipais no Brasil após a Constituição de 1934.....	19
2 A PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 1930 E 1935: CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO.....	22
2.1 A Paraíba após a Revolução de 1930.....	23
2.2 As Eleições de 1933 e 1934: Formação de um Novo Quadro Político na Paraíba.....	24
2.3 A Economia Paraibana na Década de 1930.....	27
2.4 O Governador Argemiro de Figueiredo e as Eleições Municipais de 1935 na Paraíba.....	28
3 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE EM 1935: VERGNIAUD WANDERLEY E LAFAIETE CAVALCANTI.....	33
3.1 Uma Eleição Silenciada.....	34
3.2 Campina Grande no ano de 1935.....	36
3.3 A Influência de Argemiro de Figueiredo na Eleição de 1935 em Campina Grande.....	38
3.4 A Campanha: Partido Progressista x Partido Republicano Libertador.....	39
3.5 A Eleição.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS.....	53

INTRODUÇÃO

O objetivo deste Trabalho é compreender como se deu a Eleição Municipal para prefeito de Campina Grande no ano de 1935, comprovando assim a existência da primeira eleição direta no município. O interesse por este assunto surgiu por curiosidade, pois pesquisando a história da cidade na década de 1930 na obra: *Cartografia e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945*, do autor Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza, essa eleição foi mencionada e o autor deixa entender que ela teria sido de forma direta. Souza também cita nesta obra Vergniaud Wanderley e Lafaiete Cavalcanti como sendo os candidatos que disputaram essa eleição que se realizou em 09 de setembro de 1935 (SOUZA, 2001).

Alguns professores foram consultados sobre o assunto, mas uns não sabiam responder, enquanto outros diziam que não existiam eleições diretas para prefeito nessa época, pois eles eram nomeados pelo Governo do Estado. No entanto, a dúvida continuava e a curiosidade também, pois ainda segundo o autor Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza, em sua outra obra intitulada: *Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas*, o autor fala dessa eleição e como teria sido a disputa eleitoral. “Foi um episódio marcante. Entre outras coisas nos faz lembrar muito as disputas eleitorais das cidadezinhas do interior dos nossos dias...” (SOUZA, 2005, p.160).

Em outra passagem o autor deixa claro que teria sido uma eleição direta, e mais ainda, que teria sido a primeira eleição direta no País. “Pereira Diniz [...] terminou sendo preterido pelo seu partido, o progressista [...], na disputa da primeira eleição direta para prefeito no Brasil”. (SOUZA, 2005, p.161).

Então, a partir dessas informações, foi questionado o motivo de tal esquecimento. Por que um fato tão importante na história do município foi e ainda é tratado com descaso? Não existe registro sobre esta eleição nem mesmo no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, pois segundo informações com a instalação do Estado Novo em 1937, muitos registros teriam se perdido. No entanto, apesar das poucas informações sobre o assunto, torna-se relevante buscar respostas para tal questionamento por ser um acontecimento importante e um trabalho inédito na historiografia da cidade paraibana.

Assim, o objetivo em realizar a pesquisa foi procurar provar que essa eleição existiu e que foi a primeira eleição direta para prefeito em Campina Grande. Então, o primeiro passo foi procurar entender como naquela época ocorreu essa eleição, já que os prefeitos eram realmente nomeados pelo Governo do Estado. Ou seja, nunca houvera antes uma eleição

direta para prefeito, não só em Campina Grande, como também a nível nacional. A partir de um estudo bibliográfico sobre o sistema político no Brasil nas primeiras décadas do século XX, o estudo foi realizado com o objetivo de entender como o país chegou a realizar essas eleições.

Com relação à metodologia, seria mais empírica do que teórica, justamente pelo fato de não haver nada escrito sobre o assunto. Assim, como observou o autor Grespan (2008, p. 292) “o historiador deveria partir de documentos autênticos da época estudada, de cuja análise rigorosa obteria informações verdadeiras sobre o acontecido [...]”.

A partir de então, buscando comprovar que essa eleição realmente existiu, a pesquisa bibliográfica não foi suficiente, pois foi escassa desde o primeiro momento. Foi preciso realizar pesquisas em arquivos com o objetivo de encontrar documentos da época que respondessem de forma mais concreta e clara ao objeto pesquisado.

Foram pesquisadas fontes documentais como jornais, revistas, crônicas, como também, acesso às propagandas políticas dos partidos como panfletos, manifestos, boletins, cartas abertas, etc.. Além de depoimentos de Vergniaud Wandereley e Lafaiete Cavalcante, que muito esclareceram sobre o tema.

Para o autor Bacellar, durante a pesquisa nos arquivos caberia “[...] ao historiador desvendar onde se encontram os papéis que podem lhe servir, muitas vezes ultrapassando obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada...” (BACELLAR, 2008, p.46). Esta pesquisa foi realizada no arquivo pessoal do historiador Fábio Gutemberg e no acervo Átila Almeida, que se encontram na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no arquivo do jornal A União e também na Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Durante a pesquisa, tanto bibliográfica quanto documental, percebeu-se como a imprensa da época teve importante papel na sociedade para os principais órgãos que a compunha. A imprensa foi e é um grande veículo de comunicação e, conseqüentemente, formadora de opinião. Por isso, ela sempre é usada por determinados grupos como veículo para expor e defender suas ideias. Dessa forma, seu grau de neutralidade foi por muito tempo questionado. Como observaram as autoras Cruz e Peixoto (2007, p.254) “[...] a imprensa era considerada como fonte suspeita, a ser usada com cautela, pois apresentava problemas de credibilidade”.

No entanto, ainda segundo as autoras Cruz e Peixoto, apesar de sua neutralidade ser questionada, a utilização da Imprensa como fonte historiográfica passou cada vez mais a ser utilizada pelos historiadores em suas pesquisas, principalmente nos dias de hoje, levando-se em conta que atualmente abriu-se um grande leque de possibilidades sobre fontes

documentais. “[...] é neste processo de ampliação de nossa compreensão sobre as fontes que os estudos históricos passam a incorporar de forma crescente à imprensa como documento de pesquisa...” (CRUZ E PEIXOTO, 2007, p.255).

Para Cruz e Peixoto (2007), apesar de passar a ser considerado material fértil para pesquisas sobre o conhecimento do Passado, as fontes materiais da imprensa deveriam ser analisadas levando em conta o contexto histórico, cultural e social em que elas estejam inseridas. São fontes cheias de subjetividades, e o pesquisador teria que analisar o material criticamente levando em conta o contexto em que foram produzidas. Como podemos observar na citação de Cruz e Peixoto (2007, p. 259),

O jornal e a revista e outros veículos impressos não nasceram prontos [...] seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o fazer imprensa a cada momento histórico.

Entre todas as fontes impressas, é importante destacar a importância do jornal A União, órgão oficial do Governo do Estado que cobria os principais acontecimentos do Estado, em especial, os políticos, defendendo claramente os interesses do governo. Mas como observou Cavalcante Neto (2013) é tarefa de o pesquisador identificar os interesses que estão por trás das publicações dos jornais e retirar apenas aquilo que realmente foi notícia e é de importante para a pesquisa.

Levando em consideração essas observações, o jornal A União se tornou uma importante fonte documental, pois auxiliou a entender um pouco o contexto histórico, cultural e social em que o objeto de estudo estava inserido, como também colher informações concretas sobre o próprio objeto, ou seja, a primeira eleição direta para prefeito em Campina Grande no ano de 1935.

No que se refere à perspectiva teórico-metodológica, este nosso trabalho pode ser inserido no campo da Nova História Política. Essa teoria vai contra a História Política do século XIX, que demonstrava uma preocupação com a política dos grandes Estados e dos grandes homens. Para a Nova História Política, deve-se levar em conta o poder em suas outras modalidades, como as ideologias, o discurso, a sociedade e as subjetividades. (CAVALCANTI NETO, 2013).

De acordo com a Nova História Política, deve-se levar em conta todo o sistema em jogo no processo de se fazer política. Ou seja, devem-se levar em conta os interesses políticos, suas tramas e ideologias, como também a sociedade e a cultura da época. Tudo isso

influenciando todo um sistema em jogo, a política influenciando a sociedade e a sociedade influenciando a política.

Como reitera Cavalcante Neto (2013, p. 208),

O estudo do político vai compreender, a partir daí, não apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder... Pensa-se, agora, em termos de análises dos jogos/tramas políticos, das representações,... Das identidades, das emoções [...].

Assim, foi sob este novo ponto de vista que a Nova História Política se aproximou muito da História Cultural, que trabalha com um amplo campo de subjetividades. Aliás, a valorização da imprensa como fonte de pesquisa aumentou muito com o surgimento da Nova História Política.

Então, como a pesquisa foi basicamente empírica, as teorias da Nova História Política também encaixaram na metodologia. Como observou Cavalcanti Neto (2013, p.209) “[...] essa Nova História Política não poderia dispensar a imprensa enquanto fonte de pesquisa, uma vez que registra, cotidianamente, cada lance dos embates no palco do poder”.

Dessa forma, foi a partir desses referenciais a realização desta pesquisa, pois a mesma deu-se com documentos que foram produzidos num determinado tempo histórico e que refletem a cultura e os interesses não só de determinados grupos dominantes, mas também de uma sociedade. Este trabalho lidou com tramas políticas, com jogos de interesses e como isso influenciou o cotidiano e a cultura de uma sociedade, refletindo assim na sua história.

Por fim, para chegar ao objetivo de pesquisa, foi necessário analisar a estrutura política no Brasil antes das eleições municipais de 1935, como era o sistema político na época, se havia eleições, se o povo tinha participação na política ou não. Em seguida no capítulo II, faz-se uma análise política, econômica e social do Estado da Paraíba dentro do contexto nacional. E no capítulo III foi considerada, através das fontes documentais da época, a campanha eleitoral para prefeito em Campina Grande, Paraíba, no ano de 1935, com o objetivo de provar que essa foi a primeira eleição direta para prefeito na cidade, e que teve Vergniaud Wanderley o primeiro prefeito eleito através do sufrágio universal, direto e secreto.

1 BRASIL PÓS-REVOLUÇÃO DE 1930: DO GOVERNO PROVISÓRIO ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1935

1.1 Antecedentes da Revolução de 1930

Para entender melhor o processo político que levou as eleições municipais no Brasil na década de 1930, é preciso primeiro entender o que foi a chamada “Revolução de 1930” e seus antecedentes. Com o fim do Império e a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, instalou-se no Brasil o Período Republicano. A Constituição do País foi promulgada em 1891 e perdurou por toda República Velha, como observa Figueiredo (2001, p. 242) “A Constituição de 1891 regulou a Primeira República Brasileira e perdurou até 1930 quando o Decreto n. 19.398 de 11 de novembro passou a exercer o papel de autêntica Constituição do país”.

Assim sendo, o período que vai de 1889 até 1930 ficou conhecido para muitos historiadores como República Velha ou República dos Coronéis. Foi um sistema composto por ricos e poderosos proprietários rurais, que faziam valer os interesses políticos tanto a nível local, quanto a nível estadual e federal. Neste sentido, Resende (2013, p. 91) afirma,

É da coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas que deriva a expressão liberalismo-oligárquico, com que se caracteriza o processo político da República no período compreendido entre 1889 e 1930. Ambígua e contraditória, a expressão revela que o advento da República, cujo pressuposto teórico é o de um governo destinado a servir a coisa pública ou o interesse coletivo, teve significado extremamente limitado no processo histórico de construção da democracia e de expansão da cidadania no Brasil.

Dessa forma, tal sistema deixou a população à mercê dos chefes políticos sendo obrigados a se submeterem aos seus interesses. Durante as eleições, apesar de a Constituição dar o poder de livre escolha à população, na prática não ocorria porque prevalecia a vontade dessas elites locais através do mandonismo e de eleições fraudulentas. “Nesse paraíso das oligarquias, as práticas eleitorais fraudulentas não podiam desaparecer [...] nenhum coronel aceitava perder as eleições. Os eleitores continuaram a ser coagidos, comprados, enganados ou simplesmente excluídos” (Figueiredo, 2011, p.143).

Para Figueiredo (2011) dentro desse sistema oligárquico os chefes políticos conseguiam bloquear qualquer tipo de oposição aos interesses deles, principalmente oposição política, como foi o caso das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais que tinham forte influência na política brasileira e conseguiram por muito tempo se alternar no poder. “A aliança das oligarquias dos grandes estados, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais permitiu que mantivessem o controle da política nacional até 1930” (FIGUEIREDO, 2011, p.143).

Tal sistema de revezamento ficou conhecido pelos historiadores como política do café-com-leite, pois a principal economia de São Paulo era o café, e a de Minas Gerais era a

produção de leite. Esse pacto de revezamento foi firmado em 1913 ficando a política da República Velha monopolizada entre esses dois Estados.

Com essa concentração de poderes nas mãos de São Paulo e Minas Gerais, as outras oligarquias começam a se manifestar contra tal monopólio e começam a exigir uma maior participação na política do país. Setores militares como os tenentes e as chamadas classes médias que surgiram com o processo de industrialização e urbanização passaram a reivindicar seus interesses. Assim, podemos concluir que o surgimento desse novo quadro social no país, aliado à insatisfação de alguns setores políticos levou a contestação do monopólio das oligarquias, culminando na chamada “Revolução de 1930”.

1.2 A Revolução de 1930

O estopim para a Revolução de 1930 foi o desentendimento político entre São Paulo e Minas Gerais na indicação para o presidente da República de 1930-1934, pois seguindo a política do café-com-leite era a vez de Minas Gerais indicar o candidato à presidência. No entanto, o presidente Washington Luís, passou a apoiar a candidatura do governador de São Paulo Júlio Prestes, com o objetivo de atender aos seus interesses políticos na cafeicultura. Descontentes com a situação, os políticos de Minas Gerais resolveram apoiar o candidato da oposição da Aliança Liberal, o gaúcho Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul e João Pessoa, presidente da Paraíba, para Presidente e vice-presidente do Brasil, respectivamente.

Esse desentendimento entre São Paulo e Minas Gerais foi apenas o argumento que faltava para que as oligarquias dos demais Estados começassem a se articular para pôr fim a esse monopólio. Os principais Estados que se uniram em busca de fazer o movimento foi o de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, formando assim a Aliança Liberal, como podemos ver em Camargo (1980, p. 18),

A arrancada do processo revolucionário gravita em torno da sucessão presidencial de 1930, definindo aí suas motivações mais arraigadas e mais visíveis. Nesse sentido, a sucessão não será apenas a expressão genérica do descontentamento de três Estados (Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba) contra a hegemonia paulista, mas também o reflexo de dissensões que atingem as mais antigas, consagradas e representativas lideranças da República Velha.

A realização das eleições que definiria o novo presidente do Brasil ocorreu em 01 de março de 1930 com muitas fraudes de ambos os lados. Júlio Prestes saiu vitorioso com

1.091.709 votos, enquanto Getúlio Vargas obteve 742.794. No entanto, a vitória de Júlio Prestes não foi aceita, e a oposição começou a articular um movimento revolucionário com a participação dos grandes chefes políticos e das forças militares tenentistas. (SYLVESTRE, 1993).

O estopim para a revolução foi o assassinato de João Pessoa por João Dantas que era simpatizante do governo de Washington Luís. Esse crime foi de caráter particular e passional, mas foi usado pelos revolucionários como pretexto para culpar o Governo Federal e justificar a Revolução. Para Camargo (1980), a morte de João Pessoa representa um marco na história política do Brasil, pois sacramenta o processo revolucionário que levou a “revolução de 1930”.

De fato esse acontecimento foi um marco para a história política do País, pois foi a partir dele que pôs em prática o que os revolucionários há muito tempo queriam e não tinham coragem ou uma justificativa plausível, ou seja, fazer a Revolução. A imagem de João Pessoa foi por toda a Revolução e também depois dela usada como mito, como a imagem de um grande herói. Então, questiona-se: se não fosse esse acontecimento, que pretexto eles usariam, ou que motivos outros usariam para usar como justificativa?

Assim, partindo de tal acontecimento em outubro de 1930, começou a marcha revolucionária. Os militares determinaram o cerco do palácio Guanabara e a prisão de Washington Luís, impedindo também que o candidato vencedor das eleições, Júlio Prestes, viesse a assumir a presidência. Em novembro do mesmo ano, Getúlio Vargas assumiu o governo dando início assim ao Governo Provisório.

1.3 O Governo Provisório

Quando Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República em 03 de novembro de 1930, instaurando o Governo Provisório, foi reforçado por um amplo conjunto de forças. Seu primeiro mandato como presidente teve a presença de vários grupos aliados; classe média, a burguesia, as oligarquias dissidentes, banqueiros, industriais e militares formaram outra configuração política, social e econômica.

No entanto, Getúlio Vargas foi aos poucos centralizando o poder político em suas mãos. Dessa forma, seu governo foi assumindo características autoritárias, como observa Rapeti (2004, p. 24) “A 03 de novembro de 1930, Getúlio Vargas tomava posse do governo no Brasil. Nesse mesmo mês o Governo Provisório dissolvia o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais e assumia poderes plenos”.

Dessa forma, os governadores dos Estados, chamados na época de presidentes, foram sendo retirados de seus cargos e em seus lugares foram nomeados interventores federais. Segundo Rapeti (2004) esses cargos foram criados para que o governo central mantivesse sempre o controle político em suas mãos nomeando pessoas de sua confiança, com o objetivo de acabar com a influência política das antigas oligarquias regionais. Assim sendo, de acordo com o autor, para que Getúlio Vargas continuasse com sua política centralizadora era essencial manter as antigas oligarquias regionais sob controle, por isso a nomeação de interventores nos Estados.

Assim, pode-se perceber como Getúlio Vargas manipulava o sistema político no País de acordo com seus interesses. A política brasileira que antes era monopolizada por grupos oligárquicos da República Velha, continuou sendo monopolizada por um grupo político que se dizia contra a esse sistema, fato este que veio a culminar com a Revolução de 1930, mas que depois passou a agir igualmente como eles, ou seja, monopolizando o poder nacional em suas mãos.

Essa política de interventoria foi marcada pela presença dos tenentes, que foram fortes aliados do governo na época da Revolução, e, conseqüentemente eram adeptos ao ideário de centralização e contra ao sistema político das antigas oligarquias regionais.

A respeito disso, Rapeti (2004, p. 25) aduz,

Essa política ia de encontro aos interesses dos tenentes, que propunham uma linha mais centralizadora, autoritária e reformista que acabasse com a politicagem do período anterior em prol de um regime forte e apertado, preocupado com o fortalecimento das Forças Armadas e a reforma social.

Contudo, essa presença marcante dos tenentes no governo provisório não fez com que Getúlio Vargas deixasse de lado as reivindicações dos outros setores da população, pois como observou Rapeti (2004) ele, apesar de centralizar o poder, fez também uma política de concessão atendendo a interesses tanto dos tenentes, quanto das antigas oligarquias e também de setores industriais e da nova classe social.

Sobre o princípio, Rapeti (2004, p.25) dispõe,

Não se deve concluir, no entanto, que os tenentes tenham tomado a condução do Estado; o que de fato se processa é que no período pós-revolucionário, o governo efetua uma política de concessões – ou de “compromisso” – a qual ora cede aos interesses tenentistas, ora a oligarquias estaduais, ora a industriais, ou seja, opera-se uma política em que se deve conciliar os interesses das diversas esferas sociais sem, contudo, permitir que alguma delas apodere-se do aparato estatal.

Mas, apesar de tentar atender aos interesses de todos, Getúlio Vargas não abriu mão de ter o controle absoluto do Governo. Dessa forma, ficou cada vez mais de lado a ideia de se realizar eleição para a Assembleia Nacional Constituinte.

Insatisfeitos com essa política centralizadora de Getúlio Vargas, a população, e em especial as antigas oligarquias dissidentes, começam a se manifestar contra o governo e se juntam ao movimento que se inicia em São Paulo em prol da constitucionalização do País.

Nesse aspecto, são pertinentes as argumentações de Rapeti (2004, p.25-26),

[...] as oligarquias preteridas passam a protestar, e apenas em São Paulo foram efetuadas diversas trocas de interventores, sendo quatro em menos de dois anos de governo. Isso mostra a insatisfação das oligarquias cafeeiras com a tentativa de desregionalização e, até mesmo, muitos revolucionários aliam-se à causa paulista para protestar contra o governo central, acusando este de ter abandonado o projeto da Aliança Liberal.

Em São Paulo, a campanha em prol da constitucionalização do país caminhou em ritmo acelerado, mobilizando o conjunto da classe média, principalmente os estudantes. Getúlio Vargas também estava sendo pressionado pelos tenentes e pelas antigas oligarquias dissidentes. Os dois maiores setores da República Velha que mais atuaram na Revolução de 1930 ao lado de Getúlio Vargas, se juntaram contra seu governo (RAPETI, 2004).

Em meio a essa insatisfação popular, Getúlio Vargas se vê obrigado a ir fazendo o processo de abertura constitucional. Em 24 de fevereiro de 1932, através do decreto 20.076, ele promulgou o novo Código Eleitoral, instituindo o voto universal, direto, secreto. A partir de então, a Justiça Eleitoral através do Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais, nas capitais dos Estados, passou a ser responsável por todos os trabalhos eleitorais como, alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos (FALCAO, 2000). Foi criado também o decreto 21.402, de 14 de maio de 1932, que definia para três de maio de 1933 as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Para Rapeti (2004) tais medidas são tomadas com o objetivo de conter as insatisfações e as pressões para que o governo finalmente promovesse a constitucionalização do País. Contudo, as pressões continuam e os partidos como o Republicano Paulista, o Republicano Mineiro, o gaúcho e o libertador rompem com o Governo Central.

São valiosas as contribuições de Rapeti (2004, p.26),

Essas medidas, contudo, foram a forma encontrada pelo governo de atender ao progressivo descontentamento das principais forças regionais que demandavam a constitucionalização do país, que já mostravam abertamente o mal-estar para com o Poder Central. Nesse grupo, poder-se-ia destacar mais expressivamente o setor

oligárquico paulista – o Partido Democrático rompe com Vargas em janeiro de 1932–, o mineiro – o Partido Republicano Mineiro, principalmente a facção encabeçada por Artur Bernardes – e o gaúcho – elementos do Partido Republicano Rio-grandense e do Partido Libertador.

Assim, foi diante de todo esse processo em prol da constitucionalização do País, principalmente encabeçado pelo Estado de São Paulo, que foi deflagrada em julho de 1932 a Revolução Constitucionalista. O movimento ganha apoio popular e existiu a possibilidade de outros Estados participarem. No entanto, São Paulo ficou isolado e a revolução acabou sendo derrotada pelo Governo Federal.

Apesar de o movimento sair derrotado, o Governo Federal ficou moralmente abalado. As reivindicações da Revolução fizeram com que ele percebesse que suas medidas autoritárias não estavam agradando a muita gente. Devido a isso deveria levar em conta as reivindicações do movimento, antes que outros surgissem, e a situação ficasse insustentável. Então, como observou Rapeti (2004) apesar de saírem perdendo do conflito armado, a principal reivindicação da Revolução foi atendida, pois Getúlio Vargas teve que convocar as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

A eleição foi realizada em 03 de maio de 1933 com a participação de pouco mais de um milhão e duzentos mil eleitores. Seu regimento interno foi definido por um decreto assinado por Vargas em 10 de maio de 1933 que determinou que a elaboração de uma nova Constituição Federal, como também julgar os atos do Governo Provisório e eleger o Presidente da República. Em 15 de novembro de 1933, foi instalada, sendo promulgada em Julho de 1934, a nova Constituição do Brasil.

1.4 A Constituição de 1934

Como previa o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, houve a necessidade da elaboração da nova Constituição do Brasil, como também eleger indiretamente o novo Presidente da República. Em 16 de julho de 1934, a nova Constituição foi promulgada, e no dia seguinte a Assembleia elege indiretamente Getúlio Vargas Presidente do Brasil por quatro anos. Como podemos ver no Art.1º das Disposições Transitórias da nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: “Promulgada esta Constituição a Assembleia Nacional Constituinte elegerá, no dia imediato, o Presidente da República para o primeiro quadriênio constitucional” (BRASIL, 1934, p.41). As eleições posteriores para Presidente ocorreriam pelo sufrágio universal. Dessa forma, se instalou uma nova forma de governo no País, o Governo Constitucional que foi até 1937.

Pela nova Constituição, foi introduzido o código eleitoral de 1932, e apesar de trazer grandes inovações na economia, educação, trabalho e saúde, atendendo assim às necessidades de um novo país, este Código continuou a respeitar alguns princípios da Constituição de 1891 como: o princípio federalista, que mantinha a nação como uma República Federativa, o uso de eleições diretas para escolha dos membros dos poderes Executivo e Legislativo e a separação dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário.

Com a promulgação da Constituição Federal foi eleito indiretamente, como já mencionamos, o novo Presidente do Brasil pela Assembleia Nacional. Agora chegou a vez da formação da Câmara dos Deputados e das Assembleias Estaduais. A eleição ocorreria no prazo de noventa dias após a promulgação desta. Como podemos comprovar no Art.3º das Disposições Transitórias da Constituição do Brasil de 1934: “Noventa dias depois de promulgada esta Constituição, realizar-se-ão as eleições dos membros da Câmara dos Deputados e das Assembleias Constituintes dos Estados”. (BRASIL, 1934, p.41). E como podemos constatar ainda no inciso § 1º do Art.3º das Disposições Transitórias da Constituição, as eleições seriam de forma direta e secreta, como citado em Brasil (1934, p.41),

§ 1º - O número de representantes do povo na Câmara dos Deputados, na primeira Legislatura, será de um por 150 mil habitantes, até o máximo de vinte, e deste limite para cima de um, por 250 mil habitantes; observado o disposto no art. 180; o de membros das Assembleias Constituintes dos Estados igual ao dos antigos Deputados estaduais, eleitos por sufrágio universal, igual e direto.

De acordo com a nova Constituição, as Assembleias Estaduais, após terem seus membros escolhidos pelo povo teriam o papel de eleger os governadores. Como observa o Art.3º das Disposições Transitórias: “Uma vez inauguradas, estas últimas passarão a eleger os Governadores” (BRASIL, 1934, p.41).

Ainda de acordo com o Art.3º das Disposições Transitórias, era de responsabilidade também das Assembleias Estaduais, elaborarem e promulgarem no prazo de quatro meses a contar da sua instalação as Constituições de seus Estados, que estabeleceriam eleições diretas e secretas tanto para prefeitos quanto para vereadores (BRASIL, 1934).

1.5 As Eleições Municipais no Brasil Após A Constituição de 1934

Durante a República Velha, os prefeitos eram nomeados pelo Governo do Estado. Como observou Gurjão (2000) durante esse sistema, criaram-se os Conselhos de Intendência com as funções de elaborar todas as propostas referentes às administrações dos municípios.

Com isso, os municípios eram administrados pelos membros desses conselhos que por sua vez eram nomeados pelo Governo do Estado. Como observa Gurjão (2000, p.40) “[...] levando-se em conta que os membros do Conselho de Intendência eram nomeados pelo presidente do Estado, escolhidos entre seus correligionários, é evidente que havia uma relação de confiança e apoio entre este e o Conselho”.

Em seguida, essas Intendências foram substituídas pelos Conselhos Municipais com funções executivas e legislativas. Mas tarde, de acordo com a Lei Estadual de número 27, de 2 de março de 1895, foi criado o cargo de prefeito, e as administrações municipais passaram para as suas mãos. Eles também eram nomeados pelo Governo do Estado como observa Gurjão (2000, p.43) “[...] o poder executivo que, desde as antigas câmaras de vereadores era exercido pelo seu presidente, passa, agora, às mãos do prefeito, novo cargo criado, cuja nomeação também cabe ao governador do Estado”.

Durante toda a República Velha, os administradores municipais foram nomeados pelos Governos Estaduais. Situação esta que veio a mudar com a Constituição de 1934 estabelecendo eleições diretas tanto para prefeitos quanto para vereadores. No entanto, as datas dos pleitos eram marcadas de acordo com a Constituição de cada Estado e a Lei Orgânica dos Municípios.

Como se pode ver, por exemplo, na cidade de Caxias do Sul no Estado do Rio Grande do Sul, as eleições aconteceram em novembro de 1935 e com muita tranquilidade, como mostra Pistorello (2003, p.03),

Os jornais noticiaram a tranquilidade do pleito, sem a ocorrência de maiores contratempos. Compareceram às urnas 2.905 eleitores, confirmando a vitória do candidato único a prefeito do PRL com um total de 2.207 votos. Para os cargos de vereadores, os membros do PRL obtiveram um total de 1.417 votos, o equivalente a quatro cadeiras na Câmara Municipal; enquanto os integralistas, computando um total de 1.218 votos, ocuparam o equivalente a três cadeiras na Câmara.

Em Fortaleza, no Ceará, a Constituição do Estado foi promulgada em 24 de setembro de 1935 e a lei orgânica dos municípios em 30 de dezembro do mesmo ano. A eleição para prefeito ficou marcada para o dia 29 de março de 1936. (BEZERRA, 2008).

Interessante que no Ceará iriam ocorrer eleições diretas para prefeito apenas na Capital Fortaleza, enquanto os demais municípios iriam realizar eleições diretas apenas para

vereadores. Como observou Bezerra (2008, p.22) “[...] prevista na Carta Constitucional de 1934, chegava a hora das eleições municipais para vereadores e prefeito de capital”.

Em pesquisa realizada no site da Câmara Municipal de Londrina no Paraná, essas eleições tanto na cidade quanto em todo Estado, foram realizadas em 12 de setembro de 1935, tanto para prefeitos, quanto para vereadores. A cidade de Londrina teve apenas um candidato a prefeito, Dr. Willie Davids. Assim sendo, não havendo oposição ele foi o candidato eleito. Diferente foi para os candidatos a vereador. O partido Social Democrático obteve 178 votos para sua legenda, e o Partido Integralista que teve apenas 23 votos e não elegeu nenhum vereador.

Por conseguinte, fazendo uma pequena análise dessas eleições municipais a nível Nacional, conclui-se que não foi algo homogêneo, pois não ocorreu ao mesmo tempo em todo o País como nos dias de hoje. Cada Estado teve uma data de realização para o pleito. Também se constatam que havia exceções com relação à realização do pleito para prefeitos. Como foi o caso da capital Fortaleza no Estado do Ceará. Segundo Bezerra (2008) houve eleição direta para prefeito apenas na capital Fortaleza. Nos demais municípios haveria eleição apenas para vereadores, pois os prefeitos seriam nomeados.

Então, não se entende o porquê dessa eleição direta para prefeito em Fortaleza, já que pela Constituição Federal de 1934, os prefeitos das capitais deveriam ser nomeados pelos governadores. Talvez tenha sido pelo fato de que em Fortaleza não possuísse estâncias hidrominerais¹ já que pela Constituição, os municípios que as possuísse deveriam ter seus prefeitos nomeados pelo governo do Estado. Ou talvez por interesses locais.

Como foi o caso, por exemplo, da Paraíba. Pode-se ver em sua Constituição de 1935, no capítulo VI, Art. 89, parágrafo 2, Inciso 2, “ O prefeito será de nomeação do governador do Estado no município da capital e nos que possuem estâncias hidrominerais” (1935, p.20).

¹ Considera-se estância hidromineral, ou termomineral a localidade que possua fontes d'águas termais, minerais ou naturais.

2 A PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 1930 E 1935: CONTEXTO POLÍTICO- ECONÔMICO

2.1 A Paraíba Após a Revolução de 1930

Na Paraíba, durante a República Velha, existiram características do Sistema Oligárquico, pois a autonomia do Estado e dos municípios girava em torno dos grandes políticos e fazendeiros da região predominando o mandonismo local dos coronéis que tinham influências políticas tanto a nível Estadual quanto Federal. As eleições eram marcadas por grande violência e fraudes eleitorais, características estas do coronelismo e do voto de cabresto, como enfatiza Gurjão (2000, p.39),

[...] o poder era concentrado nas mãos dos grandes proprietários de terras através da dominação exercida sobre sua clientela, facilitando os votos de cabresto e a formação de currais eleitorais [...] o novo sistema eleitoral deu autonomia aos Estados para legislar sobre suas eleições, e entregou o controle das eleições municipais aos chefes políticos locais.

Porém, a partir de 1928 essa situação política começou a tomar outros rumos, principalmente com a eleição de João Pessoa para Presidente do Estado. A partir de então, o poder das oligarquias locais começou a declinar e vai então se configurando outro quadro na política paraibana como podemos comprovar em Gurjão (2000, p.53),

Na Paraíba, desde 1928, a partir do governo de João Pessoa, o clima político torna-se mais agitado. As novas medidas administrativas adotadas pelo governo estadual entram em choque com interesses de facções oligárquicas, aguçando seus ânimos e provocando conflitos inter-oligárquicos (GURJÃO, 2000 p.53).

Tais acontecimentos antecedem a Revolução de 1930 devido à sucessão presidencial para o Governo Federal. Nesse movimento, a Paraíba teve um importante papel político, pois fez parte da Aliança Liberal, juntamente com Rio Grande do Sul e Minas Gerais. João Pessoa, então presidente do Estado foi o candidato a vice-presidente ao lado de Getúlio Vargas para as eleições presidenciais de 1930, onde saíram perdendo para Júlio Prestes.

Insatisfeitos com o resultado da eleição, os membros da Aliança Liberal começam a articular o movimento revolucionário. Dentro desse contexto, um fato decisivo contribuiu para o estopim da Revolução, o assassinato de João Pessoa, por João Dantas, que era a favor do Governo Federal. Isso foi o que faltava para que a Revolução fosse finalmente deflagrada. De acordo com Silvestre (1993) a morte de João Pessoa foi decisiva para dar ânimo aos revolucionários.

Diante disso, analisa-se a importância da participação e a influência da Paraíba nesse movimento, tendo como ponto decisivo a morte de João Pessoa, então Presidente da Paraíba. Um fato de caráter particular, mas que foi usado como político para justificar que os líderes da

Revolução queriam há muito tempo promover a Revolução. Para o autor Silvestre (1993, p.122) “Sem a morte do presidente da Paraíba, a Revolução teria vindo em consequência dos outros determinantes internos e externos, mas viria em outro contexto e certamente não seria a Revolução de 30, mas de 31 ou 32”.

Para Gurjão (2000) com a Revolução de 1930 saindo vitoriosa, e Getúlio Vargas sendo o novo Presidente do País, a política paraibana começou a se reorganizar de acordo com o novo quadro político nacional, contrapondo-se então a antiga política das oligarquias. Ou seja, a Paraíba vai se reorganizar de acordo com uma política centralizadora e autoritária de um governo que propunha acabar com o monopólio político que antes existia no País, mas que acabou fazendo a mesma coisa.

Seguindo a política de nomear interventores para administrar os Estados, o Governo Federal nomeou como primeiro interventor paraibano José Américo de Almeida, o qual deixou o cargo logo em seguida para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas. Quem o substituiu foi Antenor Navarro, de formação militar e um dos maiores defensores da Revolução de 1930, sua interventoria foi de 1930 a 1932. Segundo Falcão (2000), durante seu governo ele defendeu duramente as ideias tenentistas. Houve muitas perseguições, as oligarquias locais nomearam prefeitos que eram estranhos aos municípios, eram geralmente oficiais da polícia militar. Com sua morte, quem assumiu a interventoria da Paraíba foi Gratuliano de Brito, que ficou no cargo de abril de 1932 a dezembro de 1934.

2.2 As Eleições de 1933 e 1934: Formação de um Novo Quadro Político na Paraíba

Após o processo de reconstitucionalização do País, começaram a se formar os partidos políticos para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte a realizar-se em maio de 1933. Como podemos observar em Falcão (2000), na Paraíba surgiram dois significativos partidos para disputar as cadeiras da Assembleia Nacional: o Partido Progressista da Paraíba (P.P.), ligado ao interventor Gratuliano de Brito e ao Secretário do Interior Argemiro de Figueiredo, e sob o comando de José Américo de Almeida, e o Partido Republicano Libertador (PRL), criado pela oposição e liderado por Antônio Botto de Menezes e Joaquim Pessoa.

Surgiram também outros partidos com menor participação política. A liga Pró-Estado Leigo, sob a liderança de Osias Gomes, João Santa Cruz, Horácio de Almeida e Josebias Marinho. Esse partido foi criado, segundo Falcão (2000) com o objetivo de combater os outros dois partidos políticos, como também o poder da Igreja Católica. Surgiu também a

Liga Eleitoral Católica (L.E.C.), fundada por D. Sebastião Leme, Alceu Amoroso Lima e Sobral Pinto.

De acordo com a autora, o principal objetivo da (L.E.C.) “[...] era reconquistar o espaço político perdido na Constituição de 1891, ou ainda vetar os candidatos leigos, ateus ou comunistas” (FALCÃO, 2000, p. 122). Foi criado também o Partido Popular Paraibano formado por operários e trabalhadores autônomos. Foi uma pequena legenda sob a liderança do operário Anacleto Vitorino.

Para as eleições começou-se o alistamento eleitoral em 29 de outubro de 1932, como se observa em Síntese Histórica de Campina Grande, obra de Silva Filho (2005) com 29.696 eleitores em todo o Estado correspondendo a 1,94% da população. Essa tão pequena porcentagem deve-se ao grande índice de analfabetos no Estado, pois pelo Código Eleitoral de 1932, quem era analfabeto não podia votar. Assim sendo, foi justificado essa porcentagem tão pequena. Somando-se a isso, apenas 24.973 eleitores comparecem à votação.

Cada partido lançou então seus candidatos. O Partido Progressista (P.P.) sai vencedor das eleições conseguindo eleger todos os seus candidatos obtendo 17.087 votos equivalendo a 80% da votação.² (FALCÃO, 2000). Enquanto isso, o Partido Republicano Libertador teve apenas 3.324 votos correspondendo a 15,96%. A Liga Pró-Estado Leigo obteve 412 votos, equivalendo a 1,98 %, e o Partido Popular Paraibano 3 votos, correspondendo a 0,01 %. Ficando dessa forma, a Paraíba representada na Assembleia Nacional Constituinte apenas por membros do Partido Progressista, tendo como líder da bancada Irineu Joffily Filho.

Depois das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, formou-se na Paraíba um novo quadro político. Com o Partido Progressista saindo vitorioso das eleições confirmando assim seu situacionismo, passou a ter como presidente Argemiro de Figueiredo, então Secretário do Interior e Justiça. A partir daí, vai se desenhando a estrutura política para as próximas eleições a se realizarem em 14 de outubro de 1934.

Como previu a Constituição Federal de 1934, devem-se realizar eleições para a Câmara Federal e para a Constituinte Estadual, ambas ao mesmo tempo, como podemos ver no inciso § 4º do Art. 3 das Disposições Transitórias, Brasil (1934, p.41),

§ 4º - O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral convocará os eleitores para as eleições de que trata este artigo, efetuando-se simultaneamente a da Câmara dos Deputados e a das Assembléias Constituintes dos Estados, e realizando-se todas pela forma

² Os candidatos paraibanos eleitos em 1933 para compor a Assembleia Nacional foram: Manuel Veloso Borges; Irineu Joffily Filho; Odon Bezerra Cavalcanti; José Pereira Lira; Heretiano Zenaide e Vasco de Toledo. Os cinco primeiros faziam parte do Partido Progressista.

prescrita na legislação em vigor com os suplementos que o mesmo Tribunal julgar necessários, observados os preceitos desta Constituição.

Pode-se ver que mais uma vez os partidos políticos paraibanos começam a se formar e a lançar suas campanhas. Além do Partido Progressista (P.P.) e do Partido Republicando Libertador (PRL), disputaram as eleições partidos com menor prestígio político, como foi o caso de legendas como Trabalhador Vota em Ti Mesmo, e do Partido Democrático como também o Partido Integralista. Estes últimos lançaram candidatos apenas para a Constituinte Estadual (FALCÃO, 2000).

O eleitorado votante nessa época quase que duplicou. Pois de acordo com Falcão (2000) em 1933 foram 1,94% da população que teriam se alistado. Agora esse índice passou para 2,35% equivalendo a 51.463, comparecendo, no entanto, apenas 38.865. O que comprova ainda o grande número de analfabetos e marginalizados no Estado.

No resultado das eleições, mais uma vez o Partido Progressista mostra sua hegemonia saindo vitorioso com 19.890 votos para a representação Federal. E com 19.937 votos para a formação da Assembleia Estadual equivalendo a 80% da votação, confirmando assim o seu situacionismo. Como podemos ver em Falcão (2000), dos nove Deputados Federais para compor a bancada paraibana na Câmara, ele conseguiu eleger oito candidatos, e dos 30 deputados para constituir a Assembleia do Estado, ele conseguiu eleger 27.³

Em 24 de Janeiro de 1935, foi instalada a Terceira Assembleia do Estado da Paraíba, composta majoritariamente pelos representantes do Partido Progressista. No mesmo dia ocorreu a eleição indireta para governador, saindo vitorioso Argemiro de Figueiredo. “Realizada a votação secreta, Argemiro recebeu com 26 votos...” (SYLVESTRE, 1993, p.169). Podemos comprovar essa eleição também com a autora Falcão “[...] o partido situacionista elegeu, em pleito indireto, através da Assembleia Estadual Constituinte da Paraíba, Dr. Argemiro de Figueiredo [...]” (2000, p.144). Os outros candidatos indicados foram Virgínio Veloso Borges, e o próprio interventor Gratuliano de Brito, ambos do Partido Progressista.

³ Os candidatos paraibanos eleitos em 1934 para compor a Câmara Federal foram: Antônio Botto de Menezes; Isidro Gomes da Silva; Gratuliano da Costa Brito; Heretyano Zenaide; José Pereira Lyra; José Gomes da Silva; Odon Bezerra Cavalcanti; Mathias Freire; Ruy Carneiro e Samuel Vital Duarte. Para compor a Assembleia Estadual foram eleitos: Antonio P. de Oliveira; Américo M. de Vasconcelos; Alcindo M. Leite; Aluizio Afonso Campos; Adalberto J. R. Ribeiro; Celso Matos Rolim; Emiliano C. da Nóbrega; Ernani Sátiro de Souza; Fernando Pessoa; Francisco de P. e Silva; Francisco Duarte Lima; Francisco S. Nóbrega; José de Vasconcelos; José de Souza Maciel; José Antônio da Rocha; José F. de P. Cavalcanti; José P. de A. Filho; José R. de Aquino; José Targino; José T. de M. Cavalcante; Lauro dos G. Wanderley; Miguel S. B. Lisboa; Newton Lacerda; Odilon da Silva Coutinho; Otávio T. de Amorim; Pedro U. de Carvalho; Raymundo V. de Macedo; Raphael Sebas; Severino de A. Lucena; Tertuliano da Costa Brito

2.3 A Economia Paraibana na Década de 1930

A Paraíba entre os anos de 1892 a 1930 foi marcada pelas disputas oligárquicas em todo o Brasil. Nessa fase política, a economia do Estado era baseada no açúcar e no algodão. No entanto, essa economia vivia em constante crise tanto pela concorrência nacional, quanto pela regional. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, por exemplo, devido à crise do café, as cidades passaram a produzir seu próprio açúcar e a comercializá-lo. Como observa Silvestre (1993, p.169) “[...] a partir de 1918, quando os cafezais do Sudeste foram destruídos por uma violenta geada nesta região, partiu-se para a diversificação da sua lavoura, implantando-se o cultivo do açúcar e algodão”. A nível regional sofreu a concorrência de Estados como Pernambuco, Bahia e Sergipe. Ficando assim, a economia paraibana limitada ao seu mercado interno.

Com relação ao algodão, as dificuldades que a Paraíba enfrentou foram devido ao fato da inexistência de estradas de ferro para o escoamento do produto. Assim, as cidades do Sertão, por exemplo, preferiam comercializar com os Estados do Rio Grande do Norte, ou Pernambuco, através de estradas que ligavam a esses Estados. Dessa forma, parte da produção algodoeira da Paraíba escoava para os Estados vizinhos, prejudicando a economia do Estado.

Entretanto, quem foi sendo beneficiada com esse quadro econômico da Paraíba foi a cidade de Campina Grande, devido a sua posição geográfica, como observa Silvestre (1993, p.31) “A privilegiada situação geográfica de Campina Grande, posicionada a meio caminho entre o litoral e o sertão contribuiu, decisivamente, para o desenvolvimento da cidade e a sua projeção no cenário da Paraíba e do Nordeste”.

Com a inauguração da estrada de ferro em 1907, onde era o fim da linha ferroviária que ligava o Sertão, o Cariri e o Curimataú à capital do Estado e ao Recife, foram sendo realizadas as condições necessárias para que Campina Grande fosse se tornando o mais importante aglomerado urbano do interior do Nordeste (SILVESTRE 1993).

Até o começo da década de 1930, a Paraíba foi uma das principais produtoras de algodão do país, e continuou a ter em Campina Grande o seu principal polo comercial. Como podemos ver em Silvestre (1993, p. 32) “No começo da década de 30, com o desenvolvimento das atividades ligadas à produção de algodão que tinha em Campina a sua principal praça de comercialização [...]”.

No entanto, a Paraíba foi perdendo essa posição devido às constantes secas e à grande crise cafeeira que ocorreu no Estado de São Paulo.

São pertinentes as argumentações de Falcão (2000, p.169),

Nos anos trinta, a Paraíba perderia a sua condição de maior produtor de algodão do país: a partir de 1932, estando o estado flagelado pela seca, esta posição fora sobrepujada por São Paulo. Porém, outros fatores contribuíram para o declínio da produção algodoeira paraibana, sobretudo a concorrência paulista.

Mas, apesar desse declínio econômico da Paraíba, Campina Grande continuou a se destacar no Estado como sendo o maior centro comercial e industrial da região superando até mesmo a capital paraibana. Como podemos ver em Silvestre (1993) em 1942 a arrecadação de Campina Grande já ultrapassava 2.784 mil cruzeiros contra 2.355 mil na capital. Assim podemos constatar que mesmo em meio às constantes crises econômicas do Estado Campina Grande continuou a crescer e a se transformar no grande centro urbano e econômico do Estado da Paraíba.

2.4 O Governador Argemiro de Figueiredo e as Eleições Municipais de 1935 na Paraíba

Argemiro de Figueiredo foi advogado e político paraibano. Eleito Deputado Estadual em 1929, foi nomeado Secretário do Interior e Justiça no Governo de Gratuliano de Brito e permaneceu até 1934. Assumiu várias vezes o Governo do Estado da Paraíba, quando o interventor Gratuliano de Brito precisava se ausentar. Quando da aproximação das eleições para a Assembleia Estadual, foi eleito presidente do diretório do Partido Progressista e foi se tornando o principal candidato para Governador do Estado.

Ao chegar o momento da escolha do candidato para o cargo de governador, o Partido Progressista se dividiu em dois blocos: um liderado por Antenor Navarro que defendia a candidatura de Virgínio Veloso Borges, enquanto o outro bloco defendia a candidatura do Interventor Gratuliano de Brito. Quem saiu beneficiado com tal situação foi Argemiro de Figueiredo como se pode ver na entrevista dada por Vergniaud Wanderley (1980, p.19) à Universidade Federal da Paraíba,

A Paraíba, como sempre, estava dividida. Na Paraíba havia dois blocos políticos. O bloco chamado de Odon Bezerra. Cada um desses reivindicava o direito de indicar o candidato a governador. O Dr. Argemiro Secretário do Interior e Justiça, colocou-se um pouco acima dessas divergências, demonstrando aí sua habilidade política, e tirou partido disso.

Quem indicou Argemiro ao cargo de governador foi José Américo de Almeida, com o objetivo de pacificar essa situação de luta política que estava acontecendo na Paraíba. Em entrevista dada a William Tejo (2001) Argemiro de Figueiredo teria dito que José Américo

não poderia indicar Gratuliano de Brito, pois tanto ele quanto Virgínio Veloso eram seus parentes, então o candidato de sua escolha seria Argemiro de Figueiredo.

Ainda segundo a entrevista que Argemiro deu a William Tejo (2001), ele teria dito que quando foi eleito governador do Estado procurou pacificar o clima tenso que existia na política paraibana em prol de fazer uma boa administração beneficiando a todos.

Obedecendo ao Art. 3 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1934, a Assembleia Estadual da Paraíba foi instalada em 24 de Janeiro de 1935, exatamente noventa dias após as eleições para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Estaduais. Elegendo também indiretamente o novo governador da Paraíba Argemiro de Figueiredo, o qual tomou posse no dia seguinte.

Como observou Falcão (2000) detendo maioria absoluta no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa Estadual e no Executivo, se tornando assim o novo Governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo conseguiu se tornar o mais importante e influente político na Paraíba naquele momento. Quando se tornou governador do Estado o seu maior desafio foi se articular para as próximas eleições para prefeitos e vereadores em todo o Estado.

A Constituição Federal de 1934 no art.3 das Disposições Transitórias, após as Assembleias Estaduais serem instaladas em seus Estados, anteviu que deveriam elaborar no prazo máximo de quatro meses suas respectivas Constituições.

Obedecendo à Constituição Federal, em 12 de maio de 1935 foi promulgada a Constituição de Estado da Paraíba, exatamente quatro meses após a Instalação da Assembleia Estadual. De acordo com a Constituição do Estado da Paraíba, em seu capítulo II no art. 13, o poder Legislativo seria composto de trinta representantes do povo e de seis representantes eleitos pelas associações profissionais.

No inciso 1 do Art. 13 do capítulo II do Poder Legislativo, podemos ver que essa eleição seria dividida em deputados representantes do povo e deputados representantes das associações profissionais. Os deputados do povo seriam eleitos por sufrágio universal, igual e direto. Enquanto no inciso 2 do Art. 13 pode-se ver que os representantes das associações profissionais seriam eleitos através de cada categoria profissional.

No entanto, diferente das últimas eleições para governador, onde pela Constituição Federal deveria ser eleito pela Assembleia Estadual, pela Constituição Estadual deveria ser eleito por sufrágio universal, direto e secreto, como podemos ver no inciso 1 do Art. 44 do capítulo III sobre o poder executivo (1935, p.12) “ A eleição governamental far-se-á em todo território do Estado, por sufrágio universal, direto e secreto”.

Também pela nova Constituição Estadual as eleições para prefeitos e vereadores deveriam ser por sufrágio universal, direto e secreto como podemos ver no inciso 1 do parágrafo 2 do Art. 89 do Capítulo VI sobre os Municípios (1935, p.19-20), “ O prefeito e os vereadores das câmaras municipais serão eleitos por sufrágio direto, universal e secreto”.

Atendendo ao que preceitua a Constituição do Estado, são marcadas para dia 9 de setembro de 1935 as eleições municipais em todo território paraibano tanto para prefeitos quanto para vereadores, exceto na capital João Pessoa e nos municípios onde houvesse estâncias hidrominerais, em que ocorreriam eleições apenas para vereadores.

Em João Pessoa o prefeito foi de nomeação do Governo do Estado como previa a Constituição Estadual no inciso 2 do parágrafo 2 do Art. 89 do capítulo VI sobre os municípios (1935, p.20), “ O prefeito será de nomeação do Governador do Estado no município da capital [...]”.

A campanha para o pleito teve início em Julho de 1935 e os principais partidos são o Progressista (P.P.) e o Republicano Libertador. Em Falcão (2000) podemos ver que tais partidos começam a se articular para o pleito de 09 de setembro. O partido Progressista, por exemplo, obteve o apoio da LEC, enquanto o Republicano Libertador conseguiu o apoio de vários sindicatos e associações de classe, principalmente na capital. Além do apoio de ex-legendas como “O Trabalhador Vota em Ti Mesmo”, do Partido Democrático e do Integralismo.

O jornal A União (1935, p.01), enfatiza que as eleições municipais na Paraíba ocorreram em completa paz,

As eleições, realizadas antes de ontem no Estado foram presididas por um, claro espírito democrático... As notícias que temos de todo o Estado são de que a ordem foi mantida pelas autoridades, sem que, em nenhum município, haja se registrado queixa no tocante à liberdade das urnas.

É evidente que isso não corresponde à verdade, pois o jornal A União era o jornal oficial do Governo do Estado, e, conseqüentemente iria relatar aquilo que fosse de interesse para o Governo. Numa época em que na prática o povo não tinha liberdade de se expressar livremente, falar de democracia seria uma utopia. Mas, claro que era de interesse passar essa ideia e nada melhor do que um órgão da imprensa para isso.

Com relação à eleição na Capital, a votação foi apenas para vereadores, pois como já foi mencionado, pela Constituição do Estado da Paraíba de 1935, na capital o prefeito seria nomeado pelo Governo do Estado. Podemos ver no ANEXO R o dia da votação em João Pessoa. Sobre ela podemos ver também no Jornal A União que a disputa para vereadores se

deu entre os Partidos Progressista, Republicano Libertador e Trabalhador Vota em Ti Mesmo, “No dia 9 o povo exerceu nesta capital a soberania do voto, pacificamente, distribuindo as suas preferências partidárias em favor das legendas para vereadores dos partidos Progressista, Libertador e Trabalhador Vota em Ti Mesmo”(A UNIÃO, 1935, p.01).

Apesar de ser o Partido situacionista, e, portanto, o partido do Governador Argemiro de Figueiredo, ele saiu perdendo as eleições na capital para o Partido Republicano Libertador. Como podemos ver em Falcão (2000, p. 223) “[...] os candidatos do PRL conseguiram 2.477 votos, elegendo 07 vereadores, e o Partido Progressista, 1.618, elegendo, 05 vereadores”.⁴

O Partido Progressista saiu derrotado também nos municípios de Umbuzeiro, Patos e Itabaiana, onde o Partido Republicano saiu mais uma vez vencedor. No entanto, apesar dessas derrotas ele conseguiu manter sua hegemonia nos demais municípios do Estado.

O Jornal A União (1935, s.d.) esclarece,

Continuando a apuração do pleito, não se pode fazer ainda um cálculo seguro dos resultados das urnas em alguns municípios, principalmente da capital e de Umbuzeiro onde a oposição presume ter triunfado. Não há a menor dúvida, entretanto, sobre a vitória do Partido Progressista nos demais setores eleitorais do Estado.

Essa hegemonia foi sendo percebida ao longo da apuração do pleito. Nas cidades de Souza e Guarabira, por exemplo, como mostra o jornal A União (1935) os candidatos a prefeitos do Partido Progressista, como também os candidatos a vereadores saíram vitoriosos. O candidato a prefeito na cidade de Souza recebeu 848 votos e seus vereadores obtiveram 829 votos, enquanto que o candidato a prefeito do Partido Republicano Libertador recebeu 332 votos e seus vereadores 341. Ficando assim eleito para prefeito constitucional de Souza, o candidato do Partido Progressista que conseguiu eleger também sete vereadores para a Câmara do município. Em Guarabira, o candidato a prefeito do Partido Progressista também conseguiu se eleger, se tornando Cônego Bandeira Pequeno o novo prefeito Constitucional de Guarabira.

O jornal A União (1935) trouxe notícias do pleito em praticamente todo o Estado da Paraíba. O jornal cita cidades como Pilões em que as notícias que chegavam, foi de que compareceram 676 eleitores às urnas e tudo na mais perfeita calma. Assim também na cidade de Areia, teriam comparecido 765 eleitores com total liberdade de expressão. Em Cabedelo,

⁴ Os vereadores eleitos em João Pessoa na eleição de 09 de setembro de 1935 foram: Antonio Mendes Ribeiro, Osias Nacre Gomes, José Mário porto, Joaquim Costa, João Amorim, Daniel Martins Barbosa, Severino Ayres, Manuel Soares Londres, José Eduardo de Holanda, João Teixeira de Carvalho, Joaquim Vicente Torres e Osvaldo Pessoa.

as eleições também teriam sido tranquila e teriam comparecido às urnas 403 eleitores. Também em Sapé, o pleito teria sido em perfeita tranquilidade com 667 eleitores comparecendo às urnas. E assim foi em todo o Estado, segundo notícias trazidas pelo jornal A União de 1935.

Certamente essas notícias não correspondem à verdade, pois como citado anteriormente houve muitas perseguições, tanto pela população quanto pela imprensa que eram contra ao Governo do Estado. Assim como observou Falcão (2000) apesar do órgão oficial do Estado, o Jornal A União ter noticiado que as eleições na Paraíba teriam se realizado na mais perfeita democracia, isso não condiz com a verdade, pois teriam acontecido as mesmas violências e perseguições dos pleitos anteriores, com eleitores sendo perseguidos e urnas sendo violadas.

**3 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE EM 1935: VERGNIAUD
WANDERLEY E LAFAIATE CAVALCANTI**

3.1 Uma Eleição Silenciada

Como se podem ver, no capítulo I desse trabalho, até a década de 1930, os prefeitos eram nomeados pelo governador ou interventor do Estado. Ou seja, não existia eleição para escolha desses representantes. Característica essa que perdurou até 1935. Foi através da “Revolução de 1930” que o país passou por uma grande mudança política. Quem assumiu a Presidência da República foi Getúlio Vargas instaurando o Governo Provisório. Em seguida, ele promulgou o Código Eleitoral em 1932 e estabeleceu eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, e em 1934 foi promulgada a nova Constituição do Brasil.

Diante desse quadro político nacional foram estabelecidas eleições para prefeitos que começaram a se realizar a partir de 1935. No entanto, foram as únicas eleições diretas para prefeitos no país até 1945, pois em 1937 foi instaurado o Estado Novo, e os prefeitos passaram novamente a serem nomeados pelo Governo do Estado (SOUZA, 2005, p.160, nota 38).

Em Campina Grande, Paraíba essa eleição ficou marcada para 09 de setembro de 1935, mas com o a instauração do Estado Novo a cidade só veio a realizar eleições novamente para prefeitos em 1947 (SOUZA, p.160, nota 38). No entanto, são poucas ou quase nada a bibliografia histórica sobre ela. Aliás, para a historiografia da cidade a primeira eleição direta para prefeito em Campina Grande teria ocorrido em 1947.

Diante disso, constata-se o descaso da historiografia local e estadual com um fato histórico tão importante. Autores como Josué Silvestre (1993) em sua obra “Da Revolução de 1930 à Queda do Estado Novo”, preocupado em compreender a história política do município de Campina Grande, não menciona nada sobre a eleição de 1935. Já a autora Martha Falcão (2000) em sua obra “Poder e Intervenção Estatal Paraíba-1930-1940” menciona essa eleição, mas a nível estadual com o objetivo de enfatizar o poder do partido Progressista e consequentemente do Governador Argemiro de Figueiredo no Estado. Eliete Gurjão (1994), em sua já clássica “Morte e Vida das Oligarquias” não traz qualquer referência à eleição municipal campinense de 1935.

Em “Datas Campinenses”, obra clássica, de Epaminondas Câmara, que traz os principais acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais de Campina Grande, o dia da eleição não existe, o que podemos ver é apenas uma referência à posse de Vergniaud Wanderley, em 18 de dezembro de 1935. Da mesma forma, podemos ver “Síntese Histórica de Campina Grande”, de Lino Gomes Silva Filho (2005), obra semelhante e com os mesmos propósitos de “Datas Campinenses”.

Foi mencionada a promulgação da Constituição do Estado, e que essa Constituição estabelece eleições para prefeitos e vereadores. Silva Filho (2005, p.152) “12 de maio – Promulgação da Constituição do Estado. [...] estabeleceu eleições para prefeito com funções executivas no município, e para vereadores com funções legislativas formando a Câmara Municipal (2005, p. 152)”.

As únicas obras pesquisadas e que mencionam essa eleição foram as do historiador Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza, em “Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945”, tese de doutorado, publicada em 2001, e também em seu artigo: “Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em Crônicas”, contida no livro “A Paraíba no Império e na República”, de diversos historiadores campinenses. Nesta obra, ele trabalha as crônicas de Cristino Pimentel na cidade de Campina Grande.

Souza (2001) menciona Vergniaud Wanderley e Lafaiete Cavalcante como os candidatos à eleição de 09 de setembro de 1935. Porém, é no seu artigo que o historiador mostra que o cronista Cristino Pimentel aparece contra a candidatura de Vergniaud Wanderley para as eleições de 1935 em Campina Grande. Foram encontradas referências também em seu acervo particular. Encontramos algumas propagandas políticas que circularam em 1935 durante a campanha para prefeito na cidade. São basicamente panfletos, boletins, manifestos, artigos, etc. Algumas dessas propagandas estão nos anexos deste Trabalho.

Em duas entrevistas dadas por Vergniaud Wanderley, um dos candidatos à eleição de 1935, a Ronaldo Dinoá, no jornal Diário da Borborema, nos anos 1980 e publicado em 1993, no livro “Memórias de Campina Grande” e à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1980, onde Vergniaud Wanderley diz ter disputado a eleição para prefeito com Lafaiete Cavalcanti e ter vencido, se tornando assim, o primeiro prefeito eleito na história de Campina Grande.

Recentemente foi lançado o primeiro fascículo comemorativo dos 150 anos de emancipação política de Campina Grande, parceria do Jornal da Paraíba, com a Prefeitura de Campina Grande, sobre o tema dos prefeitos de Campina Grande. Não há qualquer referência ao fato de Vergniaud Wanderley ter sido o primeiro prefeito eleito da cidade em sua primeira gestão. E assim podemos comprovar mais uma vez o descaso ou a omissão sobre o tema da eleição municipal de 1935.

A partir de tais referências foi analisada ao longo desse último capítulo como se deu essa eleição, argumentando que foi uma eleição direta. A primeira na história da cidade de Campina Grande, Paraíba.

3.2 Campina Grande no Ano de 1935

Campina Grande a partir da década de 1930 se tornou o principal polo comercial e industrial da Paraíba. No entanto, ela foi assumindo esse posto ao longo dos anos anteriores. Como podemos ver em Silvestre (1993) já nas décadas de 1910 e 1920 a cidade se destacava no Estado por sua rica economia que vinha praticamente da área rural. Segundo o autor, em 1920, ela surgia como o mais populoso município do Estado com, aproximadamente, 70.806 habitantes passando à frente até mesmo da capital João Pessoa que no mesmo ano tinha mais ao menos 58.374 habitantes. Porém, temos que compreender que tais números referem-se à soma dos habitantes na zona rural e urbana, com uma maioria dos habitantes na primeira.

Segundo Cavalcante (2000) esse desenvolvimento comercial de Campina Grande estava também ligado à comercialização do algodão, que vinha sendo destaque no comércio da cidade desde 1910. As fibras que eram produzidas no interior do Estado e também em estados vizinhos eram comercializados em Campina Grande.

Nesse contexto, a população de Campina Grande foi crescendo e o seu comércio também. Em Silvestre (1993) podemos ver que foram surgindo várias empresas de compra, beneficiamento e exportação de algodão, como também muitas fábricas. O comércio varejista também cresceu. Foi instalada uma agência do Banco do Brasil e quatro estabelecimentos bancários particulares.

Campina Grande vai atraindo assim, uma grande população que vinha para cidade em busca de melhores condições de vida. Como mostra a autora Cavalcante (2000 p.69) “[...] Campina será centro de atração de grandes levas de migrantes, que sonhavam aqui enriquecer, melhorar de vida ou simplesmente sobreviver [...]”. No ano de 1935, segundo o autor Epaminondas Câmara (1947) a cidade já se encontrava com cerca de 5.987 casas e sua população estava em torno de trinta mil habitantes. Sua arrecadação municipal foi segundo Lino Gomes da Silva Filho (2005) em torno de 5.888.000,00. Assim, podemos ver que a cidade respirava ares de uma grande metrópole, o que veio a impulsionar o seu processo de modernização.

Sendo o principal polo comercial, industrial e urbano do Estado da Paraíba, Campina Grande teve grande influência na política do Estado e também do país. O ano de 1935 teve a instalação da terceira Assembleia Estadual da Paraíba. Durante a votação para eleger os membros que iriam compor a Assembleia do Estado foi grande a participação de Campina Grande, pois ela conseguiu eleger 05 dos seus 30 membros. Os candidatos representantes

foram, segundo Epaminondas Câmara (1947), José Tavares Cavalcanti, Otávio Amorim, Aluísio Afonso Campos, Raimundo Viana Macedo e João de Souza Vasconcelos.

Com isso, o ano de 1935 marcou a cidade de Campina Grande, pois além da sua importante participação na formação da Assembleia Estadual, Argemiro de Figueiredo, que era natural de Campina Grande, foi eleito indiretamente pela Assembleia Estadual o novo governador do Estado. Quando assumiu o Governo, aumentou ainda mais a sua influência em Campina Grande, que era o seu principal reduto político. Foi, por exemplo, por indicação de Argemiro de Figueiredo, que Vergniaud Wanderley entra para a política da cidade e se tornou o primeiro prefeito eleito de Campina Grande.

Até setembro de 1935, o prefeito da cidade foi Pereira Diniz. Mas como podemos ver em Epaminondas Câmara (1947) ele ficou no cargo apenas até 12 de setembro, pois foi exonerado pelo governador Argemiro de Figueiredo. Quem assumiu o cargo foi o então secretário da prefeitura e irmão do governador Bento de Figueiredo. Porém, ficou apenas por três meses, pois em 18 de dezembro Vergniaud Wanderley tomou posse como novo prefeito da cidade.

Foi em meio a todos esses acontecimentos que Campina Grande teve que se adequar aos moldes das grandes cidades modernas atendendo, assim, às exigências de um novo quadro político, social e econômico existente na cidade. Foi a partir de então que se intensificou o processo de modernização e embelezamento da cidade. De acordo com a autora Cavalcanti, para atender às novas exigências de uma cidade moderna e compatível com o seu crescimento, seria necessário fazer uma reforma urbana na cidade, demolindo becos e vilas “[...] que interrompiam e atrapalhavam a circulação de mercadorias, de carros e de pessoas, além de se constituírem em focos de infecção e epidemias para toda a população [...] (CAVALCANTI, 2000, p.70)”.

Verifica-se que no ano de 1935 esse processo de modernização se intensificou principalmente através do decreto municipal n. 51, que determinava que fossem “[...] mosaicadas as calçadas das ruas Maciel Pinheiro, Afonso Campos, Bento Viana, Praça Floriano Peixoto, Marquês do Herval e Presidente João Pessoa, e que teriam de ser assobradas todas as construções ou reconstruções começadas nas mesmas ruas (SILVA FILHO, 2005, p.151)”.

Esse processo de modernização de Campina Grande foi algo iniciado antes mesmo de 1935, mas nada oficial. Foi apenas com o decreto n. 51, de 17 de Janeiro de 1935, na gestão do prefeito Pereira Diniz que isso foi oficializado.

Podemos afirmar, então, que o ano de 1935 marcou a sociedade campinense que sentiu e viu surgir uma nova Campina Grande com ares de grande metrópole.

3.3 A Influência de Argemiro de Figueiredo na Eleição de 1935 em Campina Grande

Em 24 de Janeiro de 1935, Argemiro de Figueiredo tornou-se o novo governador do Estado da Paraíba eleito indiretamente pela Assembleia Estadual. Como grande líder do Partido Progressista e com total maioria na Assembleia, tornou-se o maior chefe político do Estado. A partir de então, a sua maior preocupação fora com as eleições para prefeitos a se realizar em setembro de 1935.

Como chefe político do Estado foi marcante a sua influência nos municípios, principalmente em Campina Grande, que além de ser a sua cidade natal, era seu principal reduto político. Ao se aproximar a campanha eleitoral foram grandes os questionamentos na cidade sobre quem ele iria indicar para ser o candidato a prefeito.

Diz Souza (2005), que a princípio todos acreditavam que o governador apoiaria a candidatura do então prefeito Pereira Diniz que fazia parte também do Partido Progressista. Mas não foi o que ocorreu. Argemiro estava articulando outro candidato para a eleição.

Sobre o princípio assevera Souza (2005, p.161),

Entre uma entrevista e outra do governador, ficamos sabendo que passou a circular em algumas 'rodas' o boato de que o líder do Partido Progressista estava articulando outro candidato que não o prefeito Pereira Diniz para disputar as eleições de setembro próximo.

O candidato escolhido por Argemiro de Figueiredo foi o então Secretário da Agricultura, Vergniaud Wanderley. Na época, a Secretaria da Agricultura se chamava Secretaria da Produção, e Vergniaud Wanderley assumiu esse cargo a pedido do próprio governador, deixando logo em seguida para ser candidato a prefeito de Campina Grande. Provavelmente, ao chamar Vergniaud Wanderley para fazer parte de seu governo, Argemiro de Figueiredo já estava articulando a disputa da eleição.

Segundo o próprio Vergniaud Wanderley, em entrevista dada a Ronaldo Dinoá (1993) teria sido escolhido pelo governador como candidato de conciliação, pois havia uma briga entre os políticos do partido progressista em Campina Grande. O partido encontrava-se dividido em dois grupos, um sob a liderança de Antônio Pereira Diniz e o outro por Acácio de Figueiredo, irmão de Argemiro. Assim sendo, Vergniaud Wanderley teria sido escolhido como candidato conciliador do Partido Progressista em Campina Grande.

No entanto, essa escolha do governador não foi bem vista por alguns setores de Campina Grande, pois como mencionado anteriormente, esperava-se que o então prefeito Antônio Pereira Diniz fosse o candidato escolhido para “[...] ser reconduzido ao cargo, agora através do voto” (SOUZA, 2005, p.162). O autor menciona como exemplo o cronista Cristino Pimentel que desqualifica a candidatura de Vergniaud Wanderley o considerando “[...] ‘desconhecido’ e pouco ‘experiente’” (2005, apud p.158). Diz Souza que o cronista defendia claramente em suas crônicas a candidatura de Pereira Diniz como sendo o “[...]‘candidato natural’ (SOUZA, apud 2000, p.158)” para concorrer às eleições de 09 de setembro.

As tentativas de desqualificar a candidatura de Vergniaud Wanderley foram tão grandes que atingiu até o governador Argemiro de Figueiredo, considerado pelo cronista Cristino Pimentel como um traidor dos ideais de 1930 e que teria usado Pereira Diniz apenas como uma “Cobaia” para as suas experiências na política de Campina Grande (SOUZA, 2000).

Essas tentativas de anular a candidatura de Vergniaud Wanderley não tiveram nenhum efeito, e Antônio Pereira Diniz acabou sendo excluído como candidato à eleição pelo seu Partido Progressista. Como podemos ver em Souza (2000, p.161) “[...] Pereira Diniz terminou sendo preterido pelo seu partido, o progressista, e principalmente pelo seu líder maior, o campinense e governador da Paraíba Argemiro de Figueiredo, na disputa da primeira eleição direta para prefeito no Brasil”.

Com Vergniaud Wanderley se consolidando candidato oficial do Partido Progressista, mais uma vez Argemiro de Figueiredo prova a sua influência política na cidade de Campina Grande.

3.4 A Campanha: Partido Progressista x Partido Republicano Libertador

Foi através do manifesto do Diretório do Partido Republicano Libertador (P.R.L.), lançado em 27 de julho do ano de 1935, que se avaliou o quadro político em Campina Grande. Na sua chamada intitulada: Campinenses Livres e Independentes pode-se perceber as ideias de liberdade do sistema republicano. A partir de então, percebe-se que de acordo com a República, o povo passaria a escolher seus representantes, assim refletindo o que estava acontecendo a nível nacional, como se pode observar na citação a seguir: “As urnas, campinenses Livres! A república não deve ser um governo de meia dúzia: é, antes, o governo do povo, pelo povo e, sobretudo, para o povo”. (CAMPINENSES LIVRES E INDEPENDENTES, 1935, p. 01).

Tal sistema político veria então a refletir na autonomia dos municípios. Como veio a informar o Boletim Campinenses Livres e Independentes: “Nos países constitucionalizados e que adotam, como o nosso, o regime republicano federativo, o município representa a célula mater” (1935, p. 01). Essa autonomia do município foi assegurada pela Constituição Federal de 1934 e pela Constituição do Estado promulgada em maio de 1935. “Com a sua autonomia plenamente assegurada na Carta Magna e na Constituição do Estado, o município há de se governar por si, cumprindo, com independência, a finalidade do seu destino constitucional” (1935, p. 01).

A partir de então, assegurada essa autonomia, foi posto em prática o direito do povo a escolher seus governantes municipais, “Crentes na liberdade de voto, crentes na verdade do voto, que a Justiça Eleitoral garante; crentes em que somente o povo é soberano e tem o direito inalienável de escolher os seus próprios dirigentes e representantes [...]” (CAMPINENSES LIVRES E INDEPENDENTES, 1935, p. 01).

Nota-se então, o entusiasmo e a exaltação com que os partidos trataram dessa eleição em suas campanhas, pois como dizia o boletim, “É sem dúvida esse o pleito cívico de maior significação político-social do Estado” (1935, p.01), e de Campina Grande também. Tudo isso, claro, com a intenção de convencer o povo a votar em seus candidatos.

A campanha foi lançada em julho de 1935 em todo o Estado da Paraíba. Em Campina Grande, os candidatos oficiais foram Vergniaud Wanderley, como podemos ver no ANEXO A. Ele foi indicado por Argemiro de Figueiredo, governador do Estado e chefe do Partido Progressista (P.P.). E Lafaiete Cavalcante, como mostra o ANEXO B. O candidato oposicionista fazia parte do Partido Republicano Libertador (P.R.L.), que tinha como chefe o Deputado Federal Antônio Botto de Menezes. Assim, com seus candidatos definidos os partidos começam então suas campanhas.

Com relação ao candidato do Partido Progressista Vergniaud Wanderley, ele era filho de tradicionais famílias da Paraíba. Nasceu em Campina Grande em 1905, se formou em Direito na Faculdade do Recife. Ao se formar foi para o Rio de Janeiro onde ingressou no Ministério Público como promotor. (SOUZA, 2001). Em seguida foi para o Estado de Santa Catarina, atuando lá como Juiz de Direito.

Vergniaud Wanderley voltou à Paraíba em 1935 a pedido do seu então amigo e governador Argemiro de Figueiredo para fazer parte do seu governo. Como podemos ver em sua entrevista dada a Dinoá (1993, p.205) “Depois de minha estada no Sul, fui para João Pessoa, a convite do então governador Argemiro de Figueiredo, em 1935, ocupando a Chefia de Polícia. Depois, fui Secretário de Agricultura e Obras Públicas” (IDEM).

Mas, apesar do convite do governador Vergniaud Wanderley, diz que já tinha manifestado interesse em retornar à Paraíba para atuar em seu governo, pois ambos já eram amigos políticos de longa data. Em entrevista dada à Universidade Estadual da Paraíba: “[...] Mas eu manifestei o desejo de voltar quando ele foi eleito governador. Tinha sido meu companheiro do Partido Democrático” (WANDERLEY, 1980, p.12).

No entanto, com a aproximação das eleições municipais, o Partido Progressista lançou a candidatura de Vergniaud Wanderley para prefeito de Campina Grande, campanha esta que foi deflagrada em julho como podemos ver em nota do partido Progressista intitulada: Ao Povo Campinense datada de 26-07-1935! “Está definitivamente lançada a candidatura do nosso brilhante conterrâneo Dr. Vergniaud Wanderley, para o cargo de Prefeito Constitucional da terra magnífica de Afonso Campos!”(1935,p. 01). Em tal nota, seus correligionários justificam e defendem sua candidatura se referindo a Vergniaud Wanderley como um “[...] campinense digno e ativo [...] vem vencendo na vida pública, pelos seus méritos intelectuais [...] numa existência cheia de atitudes capazes de enobrecer um” (AO POVO CAMPINENSE 1935, p. 01).

O Partido que fazia oposição ao Partido Progressista, desde a época do Interventor Gratuliano de Brito, foi o Partido Republicano Libertador (P.R.L.), e para disputar as eleições para prefeito em Campina Grande em 1935 contra Vergniaud Wanderley, ele escolheu Lafaiete Cavalcante que era um rico proprietário de terras e foi ex-prefeito de Campina Grande (SOUZA, 2001).

Sobre Lafaiete Cavalcanti, opositor de Vergniaud Wanderley, e que fazia parte também da elite campinense, as informações obtidas foram escassas. Sabe-se que foi prefeito de Campina Grande, sendo nomeado na época pelo então governador da Paraíba João Pessoa. Ele ficou no cargo de fevereiro de 1929 a dezembro de 1932, quando foi substituído por Antônio Pereira Diniz. Durante sua estada na prefeitura, implantou a estrada que liga Campina Grande à capital João Pessoa e construiu a Avenida Getúlio Vargas, também investiu no calçamento da cidade. Teve grande participação política no Estado durante a Revolução de 1930 ao lado da Aliança Liberal (A CIDADE E SEUS PREFEITOS, 2014).

Lançada sua candidatura, seus correligionários se utilizaram justamente da sua participação na Política Paraibana e no município de Campina Grande, como também suas obras realizadas.

O Manifesto do Diretório do Partido Republicano (1935, p.01) salienta,

O seu programa administrativo está nas realizações do seu passado. Todo campinense sabe que Lafaiete Cavalcanti, quer como prefeito Constitucional, quando nomeado pelo inesquecível Presidente João Pessoa, quer como prefeito

revolucionário, teve não só marcada atuação na política geral do Estado, como também se revelou um administrador devotado ao trabalho, honesto e realizador.

Definido os perfis dos seus candidatos, os dois partidos através de seus correligionários começam então a se digladiar na imprensa.

Mais adiante, averigua-se que foi uma campanha muito parecida com os dias de hoje, com cada partido procurando desprestigiar a candidatura do seu adversário. No boletim do Diretório do Partido Republicano Libertador, de 27 de julho, pode-se ver a defesa que o partido faz ao indicar seu candidato para prefeito, e alfinetando também a oposição, “[...] os componentes do ‘Diretório do Partido Republicano’ desta cidade acharam de seu dever, apresentar as urnas, no próximo pleito [...]. Nomes que correspondessem mais aos anseios e vontade do povo, do que mesmo a interesses puramente de partidos” (DIRETÓRIO DO PARTIDO REPUBLICANO LIBERTADOR, 1935, p. 01).

Mas, antes mesmo de julho, mês em que a campanha foi oficialmente lançada, o espírito de cada correligionário em defesa de seu partido, e, conseqüentemente, de seu candidato, já vinha sendo manifestado.

E, em nota datada de 23 de março de 1935, intitulada Campinenses (1935, p.01), os correligionários de Lafaiete Cavalcante exalta o povo por ter escolhido votar em Lafaiete Cavalcante,

É a luz da razão e da justiça que está rompendo as paredes de nosso espírito, demonstrada no vosso espontâneo apoio ao nome de Lafaiete Cavalcanti para prefeito de nossa terra [...]. Conheceis já oh, campinenses, a obra de Lafaiete Cavalcanti; sabeis que foi a sua dedicação e a sua operosidade que legou a nossa terra a fama, e o entusiasmo pelo trabalho [...].

Essa nota exalta o povo a escolher Lafaiete Cavalcanti devido aos benefícios que ele teria feito na cidade quando foi prefeito. Na verdade, seus correligionários induzem claramente o povo a votar em Lafaiete, usando como estratégias seus feitos na cidade ao lado do povo, “[...] os seus múltiplos cuidados de sol a sol legaram-lhe uma tão acentuada popularidade que, o tornaram, hoje, digno do vosso sufrágio” (CAMPINENSES, 1935, p. 01).

É notório como essa campanha se identifica com as campanhas dos dias de hoje. Feita há mais ou menos 80 anos e parece ser tão atual. Com seus candidatos usando de estratégias políticas a exaltação de sua imagem, e claro, desqualificando a de seu opositor. Como observou o autor Souza (2005, p. 160), “Foi um episódio marcante. Entre outras coisas nos faz lembrar muito as disputas eleitorais das cidadezinhas do interior dos nossos dias”.

Seguindo então essa linha política, os correligionários de Lafayette Cavalcanti criticavam duramente o Governo do Estado, que queriam apenas satisfazer, segundo eles, seus próprios interesses, impondo ao povo um candidato que eles não queriam.

O Boletim Campinenses (1935, p.01) destaca,

A oposição que fazemos ao candidato oficial, Dr. Vergniaud Wanderley não é uma oposição rastejada pelo ódio, nem embebida no despeito, mas em protesto à imposição do governo e dos políticos que entenderam, ou entendem, que o povo campinense é fácil de amoldar-se aos seus caprichos e aos seus mandos.

Assim, Lafayette Cavalcanti aparece estrategicamente claro, como uma espécie de “salvador do povo campinense” contra os mandos e desmandos dos grandes políticos: “[...] Lafayette Cavalcanti se opondo para que nos não marchemos para as urnas, como carneiros para o cutelo dos miunceiros” (CAMPINENSES, 1935, p.01).

Durante toda a campanha, a sua figura foi defendida por seu partido como sendo o candidato do povo, escolhido pelo povo, e como povo livre que era, iria votar em quem achava ser o melhor candidato para Campina Grande. “Não, Senhores! Somos livres, e por sermos livres é que vamos votar em Lafayette Cavalcanti, para prefeito, para o nosso bem e bem de Campina Grande [...]” (CAMPINENSES, 1935, p.01).

Enquanto que a figura de Vergniaud Wanderley era atacada como sendo ele um candidato imposto para atender apenas aos interesses políticos do seu partido, “Continuamos a afirmar que o Dr. Vergniaud Wanderley foi um candidato imposto [...] e improvisado por um grupo político que ambiciona posição” (CAMPINENSES, 1935, p.01).

A estratégia política dos correligionários do Partido Progressista também não foi diferente. Eles procuravam engrandecer a figura de seu candidato, como também combater os ataques do Partido Republicano.

O Boletim Campinenses (1935, p.01) abrange,

A candidatura Vergniaud Wanderley não é fruto de uma imposição, não se trata de uma figura improvisada nem um tripulante a mais na barca dos corsários políticos. É um campinense nato; conhecido de todos pelo brilho de sua inteligência e pureza de caráter. É o companheiro fiel de Argemiro de Figueiredo [...] É o campinense que honrou sua terra honrando a magistratura do sul do país.

Durante toda campanha, a candidatura de Vergniaud Wanderley, foi criticada pelos seus opositores, que diziam que apesar de ser “[...] digno, ilustrado e de bons princípios [...]” (Campinenses, 1935, p.01), não tinha experiência na política, “estava ali por intermédio da

‘megera’ política, não tinha experiência, era um neófito, portanto, sem manejo para administrar a ‘cosmopolita Campina Grande’”. (apud, SOUZA, 2005, p.165).

Em contrapartida, os correligionários de Vergniaud Wanderley tentaram aumentar o seu prestígio desmerecendo os feitos de Lafaiete Cavalcanti durante sua gestão, dizendo que tais não serviam mais para atender às necessidades de uma cidade que há muito tempo tinha perdido o aspecto de uma fazenda.

Como se pode ver no Boletim do Partido Progressista do dia 26 de julho, (1935, P.01),

Não é deixando as ideias e agarrando homens, que se discute e se apura quem melhor poderia servir ao governo de uma terra, que de fato, com tantas casas caídas perdeu já o aspecto de fazenda, e só pode ser dirigida por um cidadão de cultura que saiba fazer um conceito moderno do que é a política e a administração.

Ou seja, o boletim se refere ao fato de Campina Grande não ser mais uma cidade da época em que Lafaiete Cavalcanti foi prefeito, época em que ainda apresentava aspectos rústicos. De acordo com os correligionários de Vergniaud Wanderley, a cidade estava precisando agora de uma figura política que pudesse atender à necessidade de modernizá-la, e quem melhor representaria essa nova cidade seria Vergniaud Wanderley que foi, segundo o Boletim CAMPINENSES, A POSTOS (1935), o campinense que honrou sua terra honrando sua magistratura no sul do país sendo escolhido então, para executar na sua terra seu programa de paz e trabalho.

E os ataques entre os partidos continuavam. Interessante observar que eles não se preocupavam em defender suas propostas de trabalho. Toda a campanha girou praticamente em torno dos ataques aos candidatos, algo que também é bem presente nas campanhas dos dias atuais. E esses ataques se tornaram cada vez mais fortes com a aproximação das eleições. De ambos os lados, os correligionários dos partidos usaram de diversas estratégias pouco corretas para denegrir a imagem de seu opositor.

Um exemplo foram os correligionários de Lafaiete Cavalcanti que usaram a condição de ateu de Vergniaud Wanderley para prejudicar sua candidatura, pois numa população em que a maioria do eleitorado era de cristãos (católicos), claro não iriam votar em alguém que não acreditava em Deus. Podemos ver isso em um boletim intitulado: Ainda a Liga Eleitoral Católica e as eleições municipais. Esse boletim defendia a candidatura de Lafaiete Cavalcanti, que se mostrava ter fé, contra Vergniaud Wanderley que era declaradamente ateu, “[...] Veem, portanto, os eleitores católicos deste Município que não podem votar no Dr.

Vergniaud Borborema que é um ATEU declarado em manifestações publicas” (AINDA A LIGA ELEITORAL CATÓLICA E AS ELEICOES MUNICIPAES, 1935, p.01).

O boletim se refere a uma briga que houve entre um cidadão campinense que era protestante contra uma estátua de Frei Damião. Segundo o mesmo documento, Vergniaud Wanderley que era chefe de polícia na época teria se declarado “[...] completamente sem Fé, materialista e ateu” (1935, p.01). Em contra partida o boletim defendia Lafaiete Cavalcanti que “[...] pelo menos nunca se mostrou hostil à igreja” (1935, p.01).

Mais adiante o boletim, Ainda a Liga Eleitoral Católica e as eleições municipais, reafirma que os católicos teriam que defender sua fé, não votando em um candidato que era contra Deus. “Católicos, defendei a vossa Fé! Não tomeis um castigo do céu votando em um inimigo da igreja, num candidato que é contra Deus” (1935, p.01). E exalta a figura de Lafaieti, “Lafaiete é uma garantia da lei e da religião. Vote em Lafaiete Cavalcanti” (1935, p.01).

Na verdade, apesar de ver nessa nota o declarado apoio católico a Lafaiete Cavalcanti, o partido da Liga Eleitoral Católica, a (L.E.C.), se dizia neutra com relação aos candidatos para as eleições municipais em Campina Grande. Podemos ver isso em seu boletim intitulado: A Liga Eleitoral Católica e As Eleições Municipais datado do dia 01 de setembro, já quase uma semana da realização da votação. “[...] a Liga Eleitoral Católica é completamente neutra nas próximas eleições municipais” (1935, p.01). No entanto, apesar de se dizer neutra e não apoiar, pelo menos declaradamente, nenhum dos partidos, a L.E.C. orientava seus eleitores a não votar em um candidato que era declaradamente um ateu, pois isso seria contra Deus e sua religião. “Os católicos devem, pois, na escolha de candidatos, ter em vista o critério ‘da defesa de sua fé’ [...] O católico que vota em um candidato ateu, como é o Dr. Vergniaud, concorre para o desprestígio da Religião” (A LIGA ELEITORAL CATÓLICA E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, 1935, p.01).

Diante disso, pode-se concluir que, apesar de se dizer neutra, a L.E.C. incentivava claramente seus eleitores a não votar em Vergniaud Wanderley. No entanto, essa sua postura ora de neutralidade, ora atacando o candidato do Partido Progressista, não condiz com o que afirma a autora Falcão. Segundo ela, o Partido Progressista teria ganhado o apoio da L.E.C. para as eleições municipais na Paraíba. (FALCÃO, 2000). Assim sendo, não há justificativa por que neste boletim o partido se mostra contra Vergniaud Wanderley, candidato do Partido Progressista.

Quem saiu beneficiado com essa condição de ateu de Vergniaud Wanderley foi o candidato do Partido republicano, pois seus correligionários souberam aproveitar muito bem isso para atacar e valorizar ainda mais a figura de Lafaiete Cavalcanti.

O Partido Progressista por sua vez procurava defender seu candidato do que diziam ser em seu boletim do dia 30-07-1935 uma “campanha repugnante e impatriótica”, exigindo respeito pelo seu candidato e pela liberdade que a cidade tinha de escolher espontaneamente o seu candidato (CAMPINENSES, ÀS URNAS!!, 1935). E atacam Lafaiete Cavalcanti, dizendo que no tempo em que foi prefeito da cidade “[...] dominava Campina Grande [...] de cartucheira e revólver à cintura, aviltando os brios de um povo laborioso, civilizado e pacato” (CAMPINENSES, ÀS URNAS!!, 1935, p.01).

Ou seja, a figura de Vergniaud Wanderley era defendida pelos seus correligionários como homem letrado e civilizado, contra a figura rústica de Lafaiete Cavalcanti que dominou a cidade através da força. Segundo eles, Vergniaud Wanderley era o candidato ideal para tirar Campina Grande do ‘ultraje’ que antes era submetida (CAMPINENSES ÀS URNAS!!, 1935).

E assim, conclui-se que foi nesse clima tenso e de batalha entre os partidos que ocorreu a primeira campanha eleitoral para prefeito constitucional de Campina Grande.

3.5 A Eleição

No dia 09 de setembro de 1935, Campina Grande foi palco da sua mais importante manifestação de democracia até então visto em sua história. Seus habitantes foram pela primeira vez às urnas para escolher quem iria ser o mais novo prefeito da cidade.

Segundo a nota do jornal A União, de 11 de setembro de 1935, intitulada AS ELEIÇÕES DE ONTEM, a população teria comparecido às urnas na mais perfeita tranquilidade, sem coação do governo, que teria garantido a todos o direito de se manifestar livremente e escolher quem melhor iria administrar Campina Grande (A UNIÃO, 1935, p.02).

Claro que isso não aconteceu, pois como já explicitado anteriormente, sendo este jornal um órgão do Governo do Estado, é justificável que fosse defendê-lo e atacar seus opositores.

A União (1935, p.2) sustenta,

Essa atitude do governador Argemiro de Figueiredo, contrastando flagrantemente com as arrogâncias intolerantes de alguns governos que já se foram, constitui a prova mais eloquente das suas tendências democráticas e de seu elevado espírito de tolerância.

Ainda segundo esta nota, a tolerância do governador Argemiro de Figueiredo foi tanta que se teria visto “amigos seus de conversas, com simpatizantes do Partido Republicano Libertador, no dia da eleição visitando seções e falando com os eleitores” (A União, 1935, p.2). Segundo a nota Nos municípios (UNIÃO, 1935) que trouxe reportagens de como teria sido o pleito nas cidades da Paraíba, as eleições em Campina Grande teriam ocorrido, como já falamos, na mais perfeita tranquilidade, e ambos os partidos, Progressista (P.P.) e Republicano Libertador (P.R.L.) respeitando à democracia. “[...] A concorrência às urnas foi extraordinária” (A União, 1935, p.2).

Durante a apuração dos votos, na cidade foi se constatando a preferência pelo candidato do Partido Progressista o Dr. Vergniaud Wanderley, “O candidato a prefeito pelo Partido Progressista, Sr. Vergniaud Wanderley, tem recebido antecipados cumprimentos de pessoas de todas as classes sociais, regozijadas com a sua vitória indubitável” (A UNIÃO, 1935, s.d.).

No entanto, essa preferência pelo candidato do Partido Progressista em Campina Grande não foi surpresa nenhuma, pois a cidade era o principal curral eleitoral do governador Argemiro de Figueiredo. Apesar de que, para o partido oposicionista, o Republicano Libertador, essa preferência foi justificada pela presença do governador na cidade, pois a população teria se sentido coagida. Mas se a vinda dele para Campina Grande era para coagir ou não a população, o fato foi que ele não poderia deixar de vir, pois era um eleitor campinense e conseqüentemente tinha que votar. (A UNIÃO, 1935).

Para o Partido Republicano Libertador (P.R.L.), apesar de o Partido Progressista ter ampla maioria em Campina Grande, nos distritos de Pocinhos e Puxinanan, por exemplo, se consideravam vencedores, pois eram seus redutos políticos, assim como Campina Grande era o reduto político do Partido Progressista. Nas vésperas dos resultados em Campina Grande, estimava-se uma votação de apenas mil e poucos votos para Lafaiete Cavalcanti, o candidato do Partido Republicano Libertador (P.R.L.), e isso num eleitorado de mais ou menos 5.000.00 eleitores (A UNIÃO, 1935).

De fato as especulações se confirmaram, e em setembro de 1935, Vergniaud Wanderley se tornou o mais novo prefeito de Campina Grande, confirmando assim a hegemonia do Partido Progressista. Através dessa votação histórica para Campina Grande, Vergniaud Wanderley se tornou o primeiro prefeito Constitucional da cidade. Ou seja, o primeiro prefeito eleito através do sufrágio popular. Em sua entrevista dada à Universidade Estadual da Paraíba em 1980, ele se orgulharia disso dizendo ser “[...] o primeiro prefeito eleito na história de Campina Grande” (WANDERLEY, 1980, p.16). Em outra entrevista

dada a Ronaldo Dinoá, ele também teria dito ter sido “[...] o primeiro prefeito eleito de Campina Grande” (DINOÁ, 1993, p.208).

E, sobre o resultado da votação, as informações que temos foi que Lafaiete Cavalcanti teria recebido cerca de mais ou menos 1.000 votos e Vergniaud Wanderley teria tido 2.000 votos a seu favor. Assim, podemos concluir que num eleitorado de mais ou menos 5.000 eleitores, Vergniaud Wanderley teria vencido as eleições com cerca de 3.000 votos. (UNIÃO, 1935, s.d e WANDERLEY, 1980, p.14).

Como primeiro prefeito Constitucional de Campina Grande, Vergniaud Wanderley assumiu o cargo em 18 de dezembro de 1935. Seu mandato deveria durar por quatro anos, mas não foi o que ocorreu, pois devido ao golpe de Getúlio Vargas, em 1937, instaurando o Estado Novo, ele ficou no cargo até 16 de novembro de 1937 (SOUZA, 2005).

Assim, diante de tudo que já foi pesquisado e analisado, chega-se à conclusão de que não restam mais dúvidas sobre o fato de ter ocorrido em 1935 eleições para prefeito em Campina Grande. A primeira eleição direta para prefeito na cidade e em todo o território do Estado da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, chegou ao fim o Império, e a nova Constituição do País foi promulgada em 1891 com o objetivo de atender à nova ordem política do País. Assim sendo, de acordo com o regime republicano, o povo é quem escolheria seus governantes.

Pela nova Constituição, o País seria governado pelo Regime Presidencialista e ficou dividido entre Estados e Municípios com maior autonomia, e seus governantes seriam escolhidos pelo povo através do sufrágio universal, direto e secreto. No entanto, a nível municipal isso não ocorreu, pois os governantes municipais, ou seja, os prefeitos eram nomeados pelo Governo do Estado. As eleições para prefeito só vieram surgir a partir de 1935, através da Constituição Federal de 1934.

Dessa forma, ao longo desse trabalho, teve-se objetivo de analisar o processo político que levou ao surgimento dessas eleições no Brasil, focando principalmente no contexto das eleições para prefeito no ano de 1935, na cidade de Campina Grande, Paraíba, a primeira direta de sua história. Consegue-se, assim, através da documentação da época exemplificar este processo.

Então, como não poderia ser diferente, o Estado da Paraíba não ficou alheio às mudanças políticas que estavam ocorrendo no Brasil, como a “Revolução de 1930”, por exemplo, em que o Estado teve importante e decisiva participação. No entanto, foi apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1934 que essas novas mudanças políticas são asseguradas. Assim, foi que para atender às novas exigências dessa Constituição Federal são estabelecidas pela primeira vez na história do País eleições diretas para prefeitos.

Destarte, diante desse novo quadro político nacional, a Paraíba, e, especificamente Campina Grande, sofreu grandes mudanças no seu sistema político. Em Janeiro de 1935, para atender às exigências da Constituição Federal, foi instalada a Assembleia do Estado da Paraíba com a função de eleger indiretamente o novo governador, saindo vitorioso Argemiro de Figueiredo.

Em maio do mesmo ano, foi promulgada a sua Constituição que estabelecia eleições diretas e secretas para prefeito em todo o Estado. Dessa forma, para atender ao novo sistema político ficaram marcadas para 09 de setembro de 1935, as eleições para prefeito em todo o Estado da Paraíba.

Durante a campanha eleitoral campinense, o papel de Argemiro de Figueiredo foi muito importante, pois como governador do Estado teve forte participação nos seus

resultados. Assim, a sua influência na cidade de Campina Grande foi decisiva para que o seu candidato saísse vitorioso.

Como nosso objeto de estudo foi justamente essa eleição em Campina Grande, começamos a nossa análise através dos embates políticos entre os partidos que disputaram a eleição.

A disputa ocorreu entre Vergniaud Wanderley, candidato do Partido Progressista, e Lafayette Cavalcanti, candidato do Partido Republicano Libertador. Para entendermos como se desenvolveu o processo dessa eleição, utilizamos as propagandas políticas de ambos os partidos que foram lançadas no decorrer da campanha eleitoral. Essas propagandas eram basicamente feitas através de boletins, panfletos e manifestos que expressavam a forma como os partidos atacavam seus opositores e defendiam seus candidatos.

Durante toda a campanha eleitoral, os correligionários de ambos os partidos se utilizaram dessas propagandas para conseguir eleger seus candidatos. O seu conteúdo continha desde a exaltação dos candidatos, a degradação da imagem do outro, e a campanha girou basicamente em torno de brigas partidárias.

Portanto, apesar de ao longo do trabalho ter sido feito uma análise em torno dessa eleição, com o objetivo de entendermos o processo político que levou ao seu surgimento, não seria provada de forma concreta a sua existência se não fossem esses documentos, pois são poucas as informações na historiografia do Estado da Paraíba e do município de Campina Grande sobre como se deu esse procedimento. Praticamente ninguém tem conhecimento do assunto.

De tal modo, esses documentos foram decisivos para conseguir provar o objetivo deste estudo, ou seja, provar que no ano de 1935, ocorreu na cidade de Campina Grande, Paraíba, a primeira eleição direta para prefeito.

Com o término desta pesquisa, percebe-se de ter sido alcançado o desígnio deste estudo, e mais, com a sensação de ter estar contribuindo para a História Política de Campina Grande.

Igualmente, através deste trabalho, almeja-se a uma contribuição para a historiografia da cidade de Campina Grande, Paraíba.

REFERÊNCIAS

Jornal A União 11 de setembro de 1935;

Jornal A União 14 de setembro de 1935;

Campina Grande 150 ANOS A FRENTE. Prefeitura Municipal. N.1. 2014.

Propagandas políticas avulsas dos partidos (boletins, manifestos, panfletos, artigos e etc.).

WANDERLEY, Vergniaud. Vergniaud (depoimento, 1980). Rio de Janeiro: FGV/CEPDOC. UFPB, 1985.

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do. Disposições Transitórias. 1934. P. 41-44.

PARAHYBA, Constituição do Estado da. IMP. OFF. João Pessoa: 1935.

Câmara Municipal de Londrina. Disponível em: <<http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/historia.xhtml>>. Acesso em 25 de maio. 2014.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: Fontes Históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.23-72.

BEZERRA, Carlos André Oliveira. Aspectos históricos da justiça eleitoral e da vida político-eleitoral do Ceará. Monografia de Especialização em Direito e Processo Eleitoral. Fortaleza: UVA, 2008.

CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. Campina Grande: Caravela, 1998.

_____. Datas Campinenses. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1947.

CAMARGO, Aspásia. A Revolução das Elites: conflitos regionais e centralização política. In: A Revolução de 30. Seminário Internacional. Universidade de Brasília: 1980. p. 7-46.

CAVALCANTI, Silede Leila de Oliveira. Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: a passagem de Campina patriarcal à campina burguesa. In. GURJÃO, Eliete de Queiroz. Et ali (Org.). Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande: 2000. p.59-76.

CRUZ, Heloísa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: Projeto História e Imprensa. EDUC. São Paulo. n.35. 2007. P.253-270.

DINOÁ, Ronaldo; WANDERLEY, Vergniaud. Memórias de Campina Grande. 01 volume. 1993. p. 203-210.

FALCÃO, Martha. Poder e Intervenção Estatal Paraíba 1930-1940. João Pessoa: UFPB, 2000.

FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. 2011. Araucária. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política Y Humanidades, ano 13, nº 26. Segundo semestre de 2011. Pp. 119–145.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: Fontes Históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 291-300.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. Para onde o poder vai, a feira vai atrás: estratégias de poder da elite campinense, da monarquia à república nova. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz. Et ali (Org.). Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande: 2000. p.29-55.

_____. Eliete de Queiroz. Morte e vida das oligarquias. Paraíba (1889-1945). João Pessoa: UFPB, 1994.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. A História Política por meio da Imprensa: o anticomunismo nos jornais paraibanos A União e A Imprensa (1945-1947). In: Epistemologia, historiografia, & linguagens. Campina Grande: EDUFCEG, 2013. p.204-230.

PISTORELLO, Daniela. “*Os homens somos nós*”: o integralismo na região colonial Italiana do Rio Grande do Sul. In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa: 2003.p.01-06.

RAPETI, Guilherme. Discurso Ideológico no Governo Provisório: Um Estudo do Pensamento Autoritário de Getúlio Vargas e Francisco Campos. Monografia em História. Curitiba: UFPR, 2004.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013. p.89- 119.

SILVA FILHO, Lino Gomes. Síntese Histórica de Campina Grande. João Pessoa: Grafset, 2005.

SYLVESTRE, Josué. Da Revolução de 30 a Queda do Estado Novo: fatos e personagens da história da Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: 1993.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas. In: A Paraíba no Império e na República Estudos de Historia Social e Cultural. João Pessoa: Ideia. 2005. P.133-182.

TEJO, William: Argemiro: Confidências de um Líder. Campina Grande: 2001.

ANEXOS

ANEXO A



Vergniaud Wanderley, candidato do Partido Progressista (P.P.).

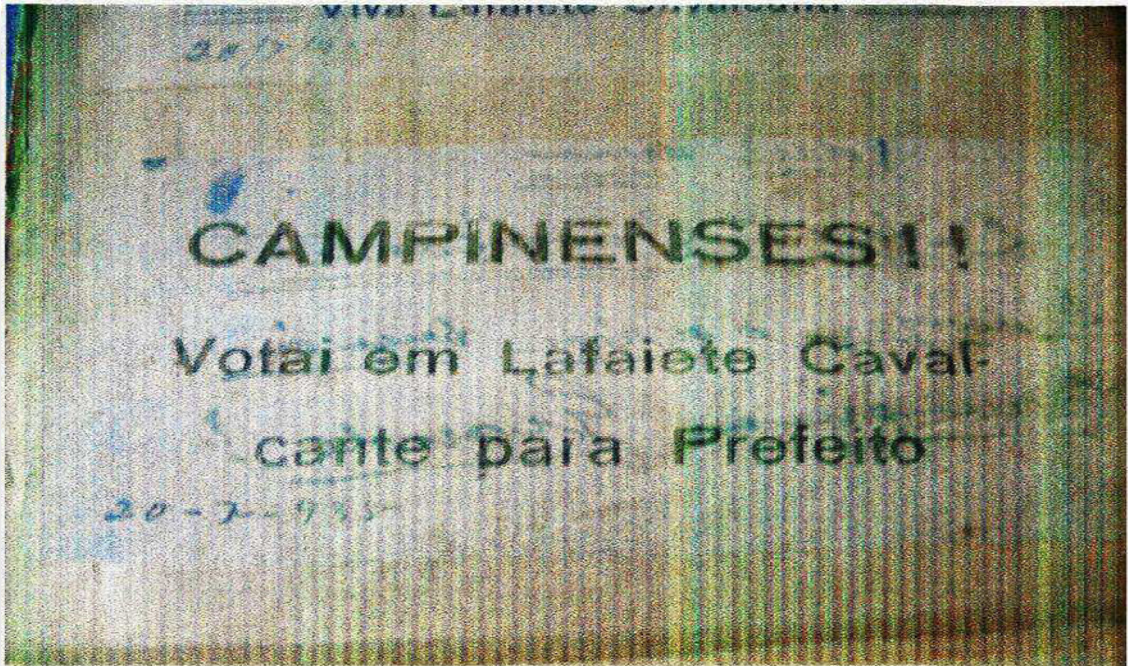
ANEXO B



Lafaiete Cavalcanti, candidato do Partido Republicano Libertador (P.R.L.).

Vergniaud Wanderley e Lafaiete Cavalcanti foram os candidatos a disputar a primeira eleição direta para prefeito em Campina Grande Paraíba.

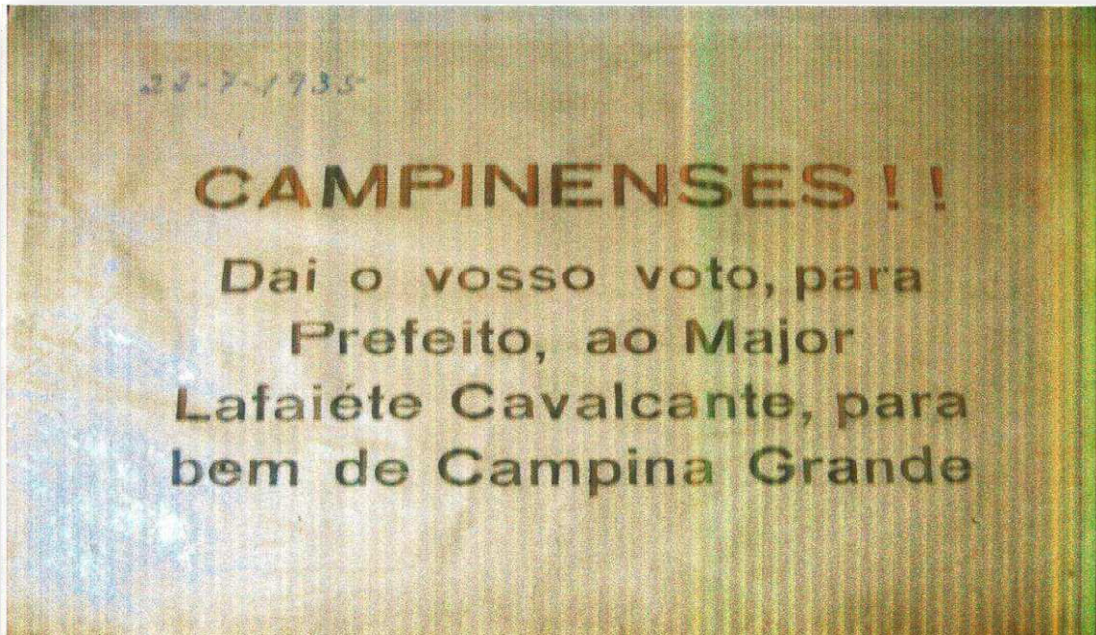
ANEXO C



ANEXO D



ANEXO E



ANEXO F



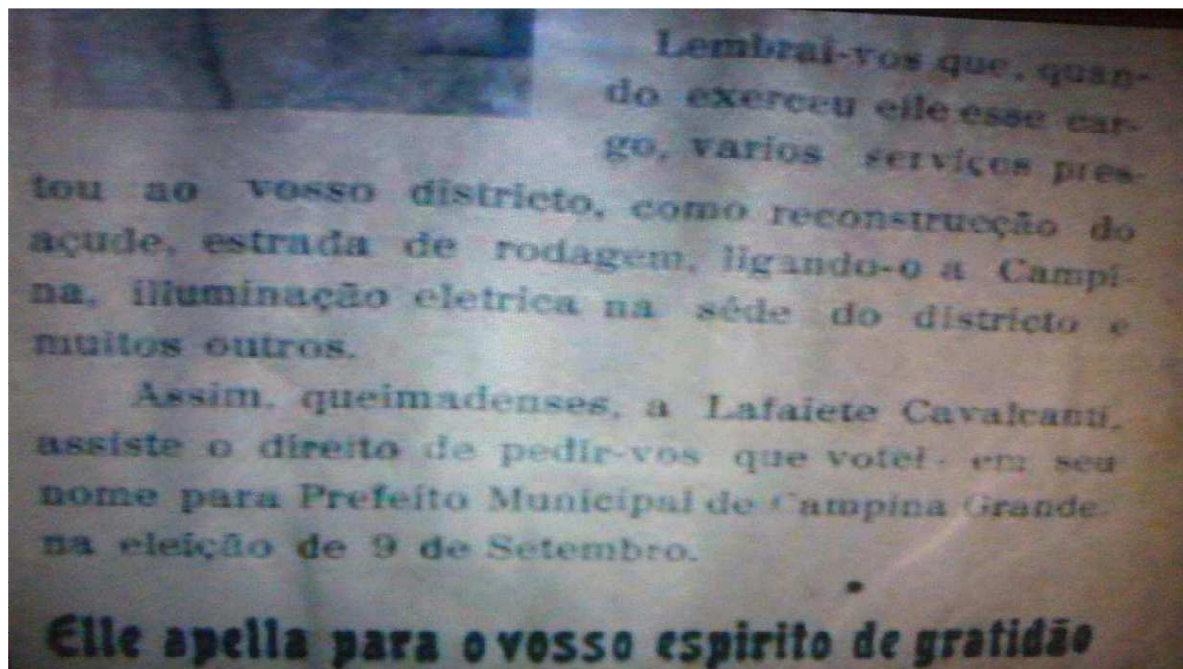
ANEXO G



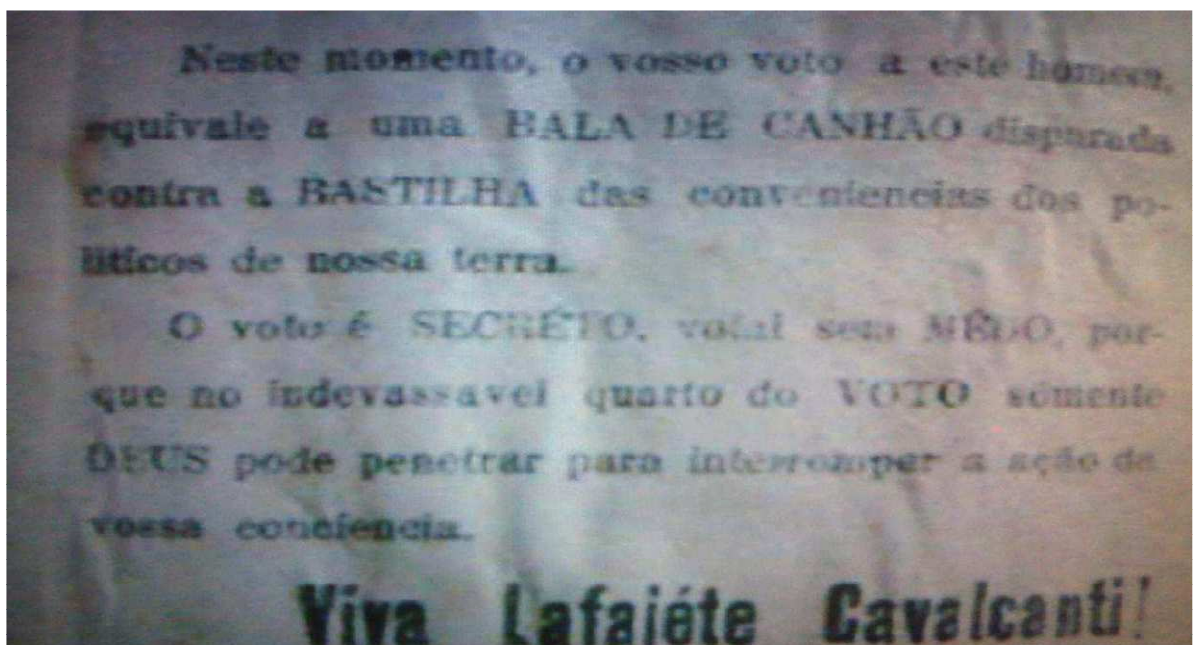
ANEXO H



ANEXO I



ANEXO J



ANEXO K

Atentai bem! LAFAIETE CAVALCANTI e DR. VERNIOU VANDERLEI!

Um humilde, amigo dos humildes, e o outro bacharel, político e amigo SOMENTE dos políticos.

Desses dois nomes escolhei um para eleger-lo vosso Prefeito.

Mais uma vez vos dizemos que Lafaiete Cavalcanti é o que vos convem porque não é mais uma experiência, é mais do que um fato, é uma realidade concreta.

Dai a ele o vosso VOTO e ficai tranquilo com a vossa consciência porque cumpristes um JUSTO DEVER.

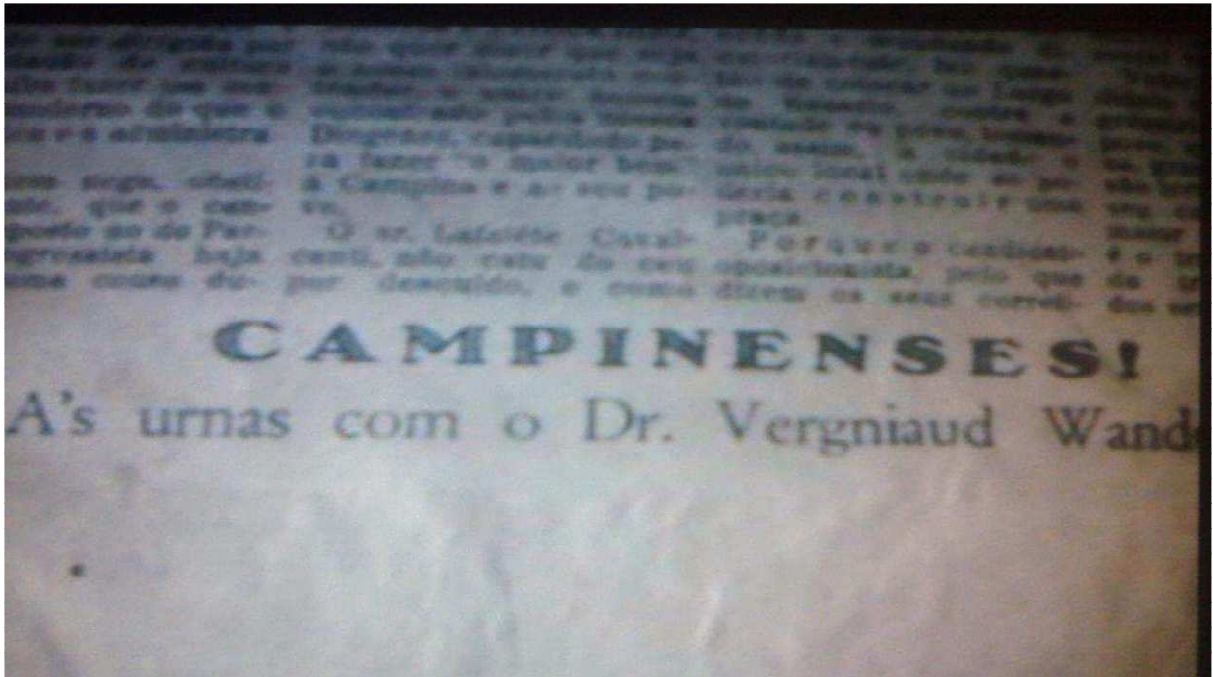
ANEXO L

A Inelegibilidade do Dr. Vergniaud Wanderley

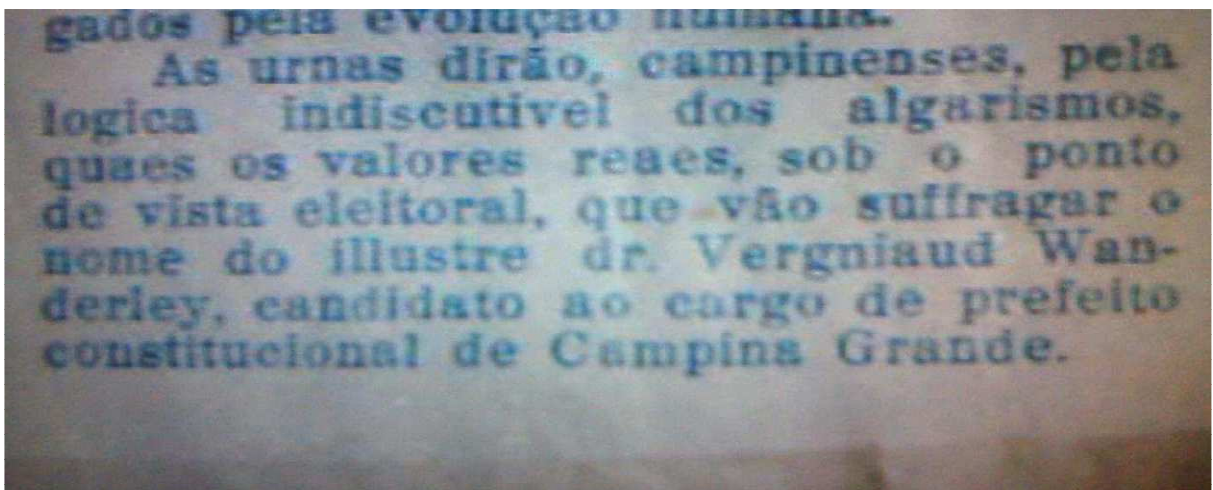
Um progressista "grotesco" qualquer salta-se hoje com um boletim agastado com a alegação da inelegibilidade do Dr. Vergniaud.

Quando a pancada dóe, o grito é grande. Foi o que sucedeu; Dr. Vergniaud é de fato, inelegível. Ninguém afirmou que ele não é eleitor. É, sim, eleitor aqui, transferido de Santa Catarina. Mas, a sua transferência não tem antecedencia necessario, isto é, três meses, para exercer o direito de voto nas proximas eleições.

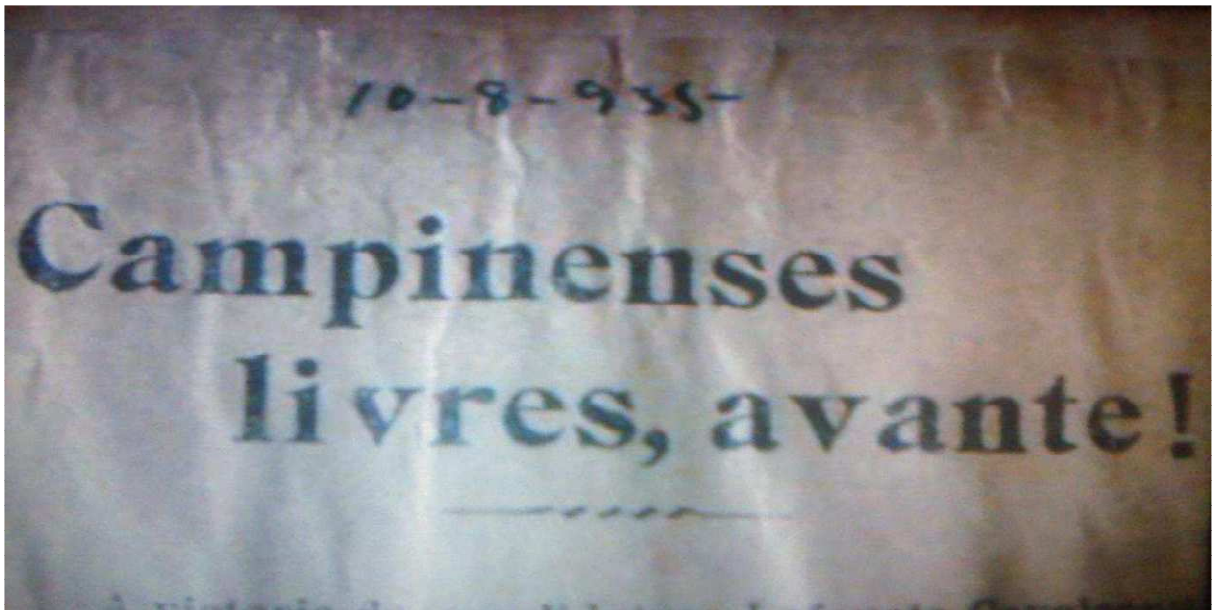
ANEXO M



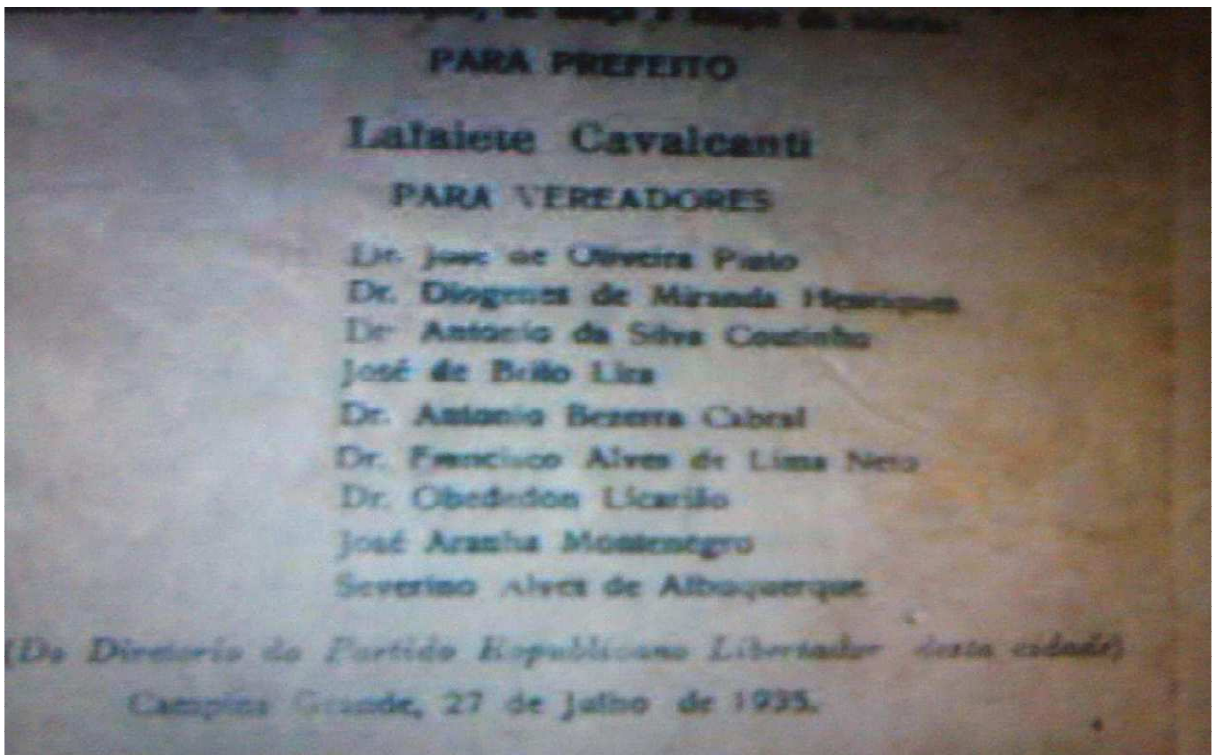
ANEXO N



ANEXO O

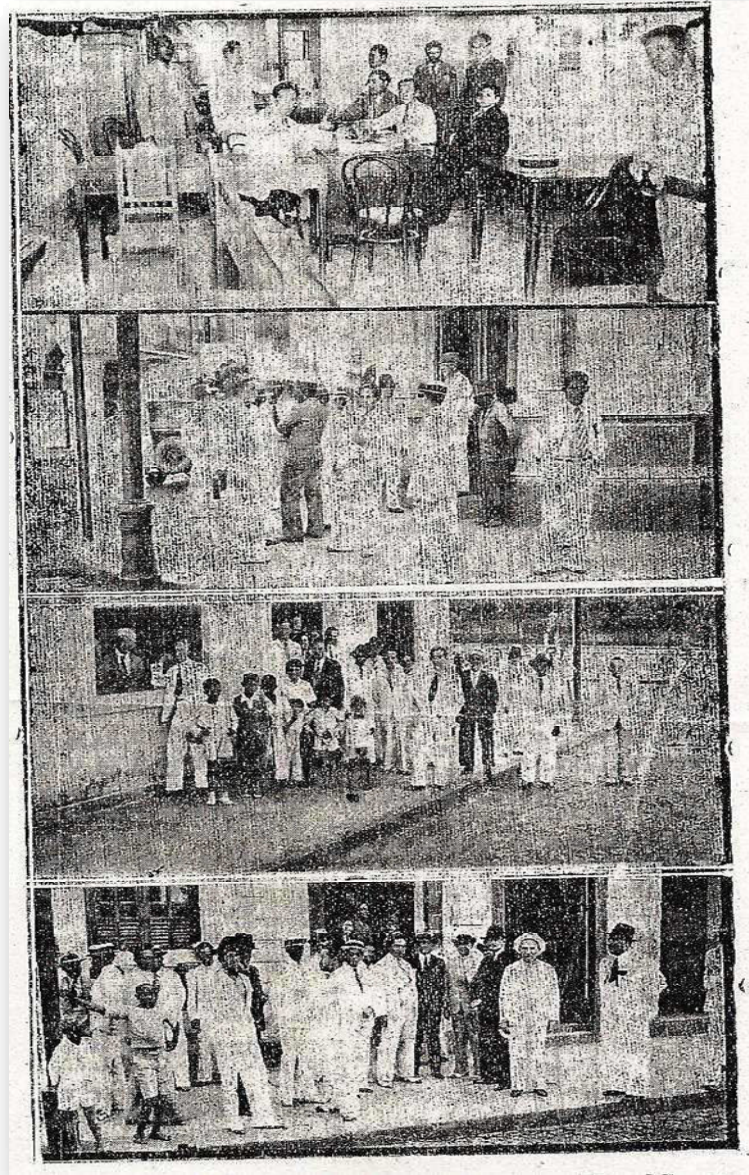


ANEXO P



Os anexos acima são referentes à campanha eleitoral realizada em 1935, na cidade de Campina Grande PB para eleger o primeiro prefeito constitucional da cidade.

ANEXO Q



Dia da eleição na capital João Pessoa